

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Eduardo José Vieira

Pobreza e a infância no Brasil: uma análise da população de 0 a 12 anos nas macrorregiões
brasileiras no período de 2016 a 2019

Florianópolis

2021

Eduardo José Vieira

Pobreza e a infância no Brasil: uma análise da população de 0 a 12 anos nas macrorregiões
brasileiras no período de 2016 a 2019

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Solange Regina Marin

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vieira, Eduardo José

Pobreza e a infância no Brasil : uma análise da população de 0 a 12 anos nas macrorregiões brasileiras no período de 2016 a 2019 / Eduardo José Vieira ; orientador, Solange Regina Marin, 2021.

67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Pobreza infantil. 3.
Macrorregiões brasileiras. 4. Linhas de pobreza. I. Marin,
Solange Regina. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Eduardo José Vieira

Pobreza e a infância no Brasil: uma análise da população de 0 a 12 anos nas macrorregiões brasileiras no período de 2016 a 2019

Florianópolis, 13 de setembro de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dra. Solange Regina Marin
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dra. Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dra. Liana Bohn
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.(a) Dra. Solange Regina Marin
Orientador(a)

Florianópolis, 2021.

Dedico este trabalho a minha família e aos colegas de curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à UFSC, universidade pública, gratuita e de qualidade que tornou tudo isso possível, me proporcionou acesso ao conhecimento e a outras grandes experiências que levarei para vida.

À minha família, em especial a meus pais, José e Zeni, que me ajudaram imensamente durante toda vida e em especial na minha jornada acadêmica, acreditando e apostando em mim. Vocês merecem meu eterno agradecimento.

À minha namorada Nathália por todo apoio, compreensão, paciência e sempre estar presente em todos os momentos. Obrigado por ser tão atenciosa e entender minha ausência durante a produção deste trabalho.

À professora Solange, que me orientou e dedicou seu tempo para contribuir com o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço pelas correções, sugestões e acreditar que seria possível.

À meus amigos, especialmente Felipe e Matheus, que acompanharam minha vida acadêmica desde o momento que passei no vestibular.

RESUMO

A pobreza é um fenômeno antigo que discorre sobre a precarização da vida. Ao perceber a vulnerabilidade e dependência de crianças frente a problemas decorrentes do fenômeno, analisar a pobreza para esse grupo específico perpassa questões mais profundas de ética social e econômica. O presente trabalho objetivou verificar como a pobreza se manifestou nas macrorregiões brasileiras para crianças até 12 anos de idade no período de 2016 a 2019, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. O método utilizado foi descritivo de duas maneiras, sendo elas, análise monetária, a partir de linhas de pobreza da renda domiciliar per capita e a análise de possíveis privações a partir das dimensões educação, moradia, saneamento, água e informação. Diante disto, a partir dos resultados obtidos, pode-se afirmar que as regiões do Nordeste e Norte apresentaram destaque com maiores proporções de crianças em situação de pobreza monetária; as taxas de variações durante o período mostraram que existiu um aumento de crianças categorizadas como extremamente pobres, em especial para a região do Centro-Oeste. A análise de privações evidenciou que a dimensão educação se portou de maneira semelhante em todas as regiões; moradia exibiu maiores proporções no Norte e Sudeste e variações diversas entre as regiões; saneamento apresentou grande discrepância do Norte e Nordeste com as demais regiões; as dimensões relacionadas ao acesso a água e a informação apresentaram grande diminuição para todas as regiões, dentro do período analisado.

Palavras-chave: Pobreza infantil. Macrorregiões brasileiras. Linhas de pobreza.

ABSTRACT

Poverty is an ancient phenomenon that talks about the precariousness of life. When realizing the vulnerability and dependence of children in face of problems arising from the phenomenon, analyzing poverty for this specific group permeates deeper questions of social ethics and economics. This study aimed to verify how poverty manifested itself in Brazilian macroregions for children up to 12 years old in the period from 2016 to 2019, based on data from the Continuous National Household Sample Survey. The method used was descriptive in two ways, namely, monetary analysis, from poverty lines of household income per capita, and the analysis of possible deprivations from the dimensions of education, housing, sanitation, water and information. Given this, based on the results obtained, it can be said that the Northeast and North regions stood out with higher proportions of children in a situation of monetary poverty; the rates of variation during the period showed that there was an increase in children categorized as extremely poor, especially in the Midwest region. The analysis of deprivations showed that the education dimension behaved similarly in all regions; housing exhibited greater proportions in the North and Southeast and varied variations between regions; sanitation showed a great discrepancy between the North and Northeast and the other regions; the dimensions related to access to water and information showed a great decrease for all regions, within the period analyzed.

Keywords: Child poverty. Brazilian macroregions. Poverty lines.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos extremamente pobres, a partir da 1ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019.....	44
Figura 2 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos pobres, a partir da 1ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019.....	45
Figura 3 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos extremamente pobres, a partir da 2ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019.....	48
Figura 4 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos pobres, a partir da 2ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Retornos por US \$1,00 investido	38
Gráfico 2 - Média aritmética da proporção de crianças de 4 a 12 anos sem qualquer ano de estudo.....	50
Gráfico 3 - Média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão moradia.....	53
Gráfico 4 – Média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos morando em domicílios sem abastecimento de água por rede geral	54
Gráfico 5 – Média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão saneamento	56
Gráfico 6 – Média aritmética da proporção de crianças de 9 a 12 anos morando em domicílios sem acesso a internet	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Disposição das linhas de pobreza e categorias de rendimentos	17
Quadro 2 - Disposição das dimensões e variáveis analisadas.....	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de crianças por faixa etária em cada macrorregião brasileira.....	41
Tabela 2 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir da 1ª linha de pobreza por meio da renda domiciliar per capita	42
Tabela 3 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir da 2ª linha de pobreza por meio da renda domiciliar per capita	46
Tabela 4 – Proporção de crianças de 4 a 12 anos sem qualquer ano de estudo	49
Tabela 5 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão moradia	51
Tabela 6 – Variação entre o ano de 2016 com o ano de 2019 para a quantidade de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão moradia	52
Tabela 7 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos em domicílios sem abastecimento de água por rede geral.....	53
Tabela 8 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão saneamento.....	55
Tabela 9 – Variação entre o ano de 2016 com o ano de 2019 para a quantidade de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão saneamento.....	56
Tabela 10 – Proporção de crianças de 9 a 12 anos em domicílios sem acesso a internet	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDC Associação Brasileira de Normas Técnicas

CGI.br Comitê Gestor da Internet no Brasil

DM/SAGI/MC Departamento de Monitoramento da Secretaria Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU Organização das Nações Unidas

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDS Pesquisa Nacional da Saúde da Criança e da Mulher

Tab PNADC Tabulador de Informações do PNAD-Contínua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	16
1.2.2	Objetivos Específicos.....	16
1.3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	16
1.4	JUSTIFICATIVA.....	18
1.5	ESTRUTURA.....	19
2	A POBREZA.....	20
2.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PRINCIPAIS ABORDAGENS DA POBREZA... 21	
2.1.1	Subsistência.....	25
2.1.2	Necessidades básicas.....	27
2.1.3	Privações relativas.....	28
2.1.4	Privação de capacitações e multidimensionalidade.....	29
3	POBREZA INFANTIL.....	32
3.1	CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E MARCOS DE DIREITOS DA CRIANÇA.... 33	
3.2	CONSEQUÊNCIAS, AGENTES DETERMINANTES, ASPECTOS CONDICIONANTES DA POBREZA INFANTIL E OLHAR ECONÔMICO..... 35	
3.3	ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE POBREZA INFANTIL NO BRASIL..... 39	
4	RESULTADOS.....	41
4.1	ANÁLISE MONETÁRIA DA POBREZA INFANTIL..... 41	
4.1.1	1ª linha de pobreza: rendimentos mensais estabelecidos como requisitos exigidos do Programa Bolsa Família.....	42
4.1.2	2ª linha de pobreza: rendimentos diários estabelecidos pelo Banco Mundial	45
4.2	ANÁLISE DE PRIVAÇÕES EM OUTRAS DIMENSÕES..... 49	
4.2.1	Educação.....	49

4.2.2	Moradia	51
4.2.3	Água.....	53
4.2.4	Saneamento.....	54
4.2.5	Informação	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A pobreza é um fenômeno complexo que atinge muitas pessoas no Brasil e no mundo. A concepção de pobreza perpassa questões políticas, sociais, éticas e sobretudo, econômicas. Seu entendimento sofreu alterações ao passar do tempo e atualmente existem diferentes abordagens que tentam exprimir a ideia da pobreza.

Direcionar o estudo da pobreza à população infantil se mostra como uma questão ético-social e econômica. Isso se dá por conta da vulnerabilidade e dependência, que são características únicas das crianças, que impossibilita uma ação contrária das mesmas e implicam a atuação de proteção por parte dos agentes competentes. Ainda, o não satisfazer de necessidades infantis resulta negativamente no desenvolvimento do futuro capital humano, dado que a situação de pobreza limita a aprendizagem e evolução de habilidades cognitivas, comportamentais e sociais das crianças (MACANA, 2014).

Neste trabalho é examinada a pobreza em crianças de 0 a 12 anos dentro do período de 2016 a 2019 nas macrorregiões do Brasil, sendo elas Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul a partir de informações extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua). A problemática desta monografia é orientada em responder a seguinte questão: como a pobreza infantil se manifestou nas grandes regiões brasileiras no período de 2016 a 2019?

Para isso, utiliza-se de indicadores relacionados a renda de domicílios em que as crianças estão inseridas e, também de informações que refletem de algum modo as privações que interferem em seu bem-estar. A análise se restringe aos anos de 2016 a 2019, por se tratar de um período recente, pouco explorado. A faixa etária foi selecionada a partir dos critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que classifica os indivíduos de 0 a 12 anos de idade como crianças.

1.2 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para o trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar como se comportou a pobreza em crianças de 0 a 12 anos em cada uma das macrorregiões brasileiras a partir de dados extraídos da PNAD-Contínua nos anos de 2016 a 2019.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar a evolução das principais abordagens sobre o tema pobreza;
- b) Discorrer sobre a influência negativa da pobreza infantil sobre o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o futuro das crianças.;
- c) Examinar a pobreza infantil nas cinco grandes regiões do Brasil;
- d) Refletir sobre o debate da pobreza infantil no Brasil.

1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como abordado no objetivo de pesquisa, o presente trabalho buscou identificar a pobreza infantil nas cinco macrorregiões brasileiras (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) e possíveis condicionantes do fenômeno. Para tal, foram analisadas informações extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua dos anos de 2016 a 2019, sobre a população de 0 a 12 anos de idade, procurando contribuir com estudos mais atuais sobre pobreza infantil.

Para analisar individualmente cada indicador selecionado, a pesquisa é classificada como descritiva, procurando conhecer a realidade estudada, características e problema através da descrição de fatos observados e registrados, sem interferir neles (PRODANOV; FREITAS, 2013). A abordagem da pesquisa selecionada foi a quantitativa, que é caracterizada por traduzir em números informações para poder classificá-las e analisá-las (PRODANOV; FREITAS, 2013). O método de procedimento selecionado foi o comparativo, que conforme Gil (2008), se procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com finalidade de relevar aspectos similares e diferentes entre eles.

A coleta de dados ocorreu por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de divulgação anual (PNAD-Contínua), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como intuito produzir informações básicas para estudos

de desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Para extração dos dados, foi utilizado a plataforma disponibilizada pelo Departamento de Monitoramento da Secretaria Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (DM/SAGI/MC) em seu site, o Tabulador de Informações do PNAD-Contínua (Tab PNADC), que conta com a possibilidade de filtrar todas as informações em grupos etários específicos e regiões diferentes do Brasil.

A pesquisa foi subdividida em duas partes, sendo a primeira responsável por examinar a pobreza infantil sob uma perspectiva monetária. Por não haver um limite de renda oficial no Brasil que categoriza as pessoas como pobres, foram selecionadas duas linhas de pobreza para qualificar a população de crianças em "pobres" e "extremamente pobres" de acordo com a sua renda domiciliar per capita, sendo a primeira de origem nacional e a segunda internacional.

A primeira linha é adotada pelo Governo Federal Brasileiro como critério necessário para a permissão de beneficiário do programa Bolsa Família. Foram considerados extremamente pobres aqueles cujo rendimento domiciliar per capita mensal seja de até R\$ 89,00, e os considerados pobres aqueles com rendimento entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00.

A segunda linha é a estabelecida pelo Banco Mundial para análise da pobreza em todo o mundo. Nela são estabelecidos três valores de rendimentos diários, em dólar, para efetuar a classificação, sendo rendimentos até US\$ 1,90 para países de renda baixa, até US\$ 3,20 para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 para países de renda média-alta.

O Brasil é classificado como um país de renda média-alta, logo o valor diário para classificar uma pessoa como pobre é de US\$ 5,50, e essa será a linha utilizada para classificar as crianças como pobres. Porém, como se pretende identificar também aqueles que vivem em extrema pobreza, será utilizado como linha a renda diária de US\$ 1,90 para tal. Para a obtenção da informação sobre rendimentos de todas as fontes foram utilizadas as primeiras entrevistas de cada ano. O quadro a seguir transparece o exposto:

Quadro 1 - Disposição das linhas de pobreza e categorias de rendimentos

Linha de pobreza	Extremamente pobres	Pobres
1ª linha – Programa Bolsa Família	Rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 89,00	Rendimento domiciliar per capita mensal entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00
2ª linha – Banco Mundial	Rendimento domiciliar per capita diário de até US\$ 1,90	Rendimento domiciliar per capita diário de até US\$ 5.50

Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda parte traz uma análise do bem-estar infantil por meio da constatação de privações que as crianças enfrentam a partir de variáveis organizadas em cinco dimensões, sendo elas: educação, moradia, saneamento, água e informação. As dimensões educação e informação serão abordadas por faixas etárias diferente das demais. A educação contará com crianças de 4 a 12 anos de idade, pois de acordo com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013) é obrigado a crianças a partir de 4 anos de idade a frequentarem a escola. A dimensão informação utilizará como amostra crianças de 9 a 12 anos de idade, se adequando a idade mínima de observação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) em relatório¹ divulgado sobre o uso da internet por crianças e adolescentes. O quadro a seguir traduz a diferenciação entre as dimensões e variáveis:

Quadro 2 - Disposição das dimensões e variáveis analisadas

Dimensão	Faixa etária	Variável	Fonte
Educação	4 a 12 anos	Anos de estudo	PNAD-Contínua
Moradia	0 a 12 anos	Domicílio possui material de parede adequado	
		Domicílio possui adensamento adequado	
		Ônus com aluguel adequado	
Água	0 a 12 anos	Abastecimento de água por rede geral	
Saneamento	0 a 12 anos	Esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	
		Coleta direta ou indireta de lixo	
		Domicílio possui banheiro exclusivo	
Informação	9 a 12 anos	No domicílio há acesso à internet	

Fonte: Elaborado pelo autor.

1.4 JUSTIFICATIVA

¹ Ver mais em: CGI. TIC Kids Online Brasil 2019: Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

A pobreza é um problema multifatorial que existe há bastante tempo, atingindo fortemente a existência de muitas pessoas no Brasil. Ao focarmos apenas na população infantil, podemos entender que o problema é ainda mais grave. Crianças são especialmente vulneráveis aos efeitos da pobreza, desde sua dependência em relação as suas famílias, seja econômica ou social, mas também pela fase da vida em que se encontram (SANTOS, 2015).

A vivência em condição de pobreza tem efeitos prejudiciais no bem-estar das crianças não só no presente, mas também no futuro. Tais desvantagens são refletidas em diferentes esferas como, por exemplo, num menor aproveitamento escolar e conseqüentemente em menores perspectivas de emprego, piores condições de saúde e habitação assim como em dificuldades em manter uma vida social saudável (SANTOS, 2015).

Diversos autores assinalam, existem diversas vantagens cognitivas e comportamentais relacionadas a intervenções sociais na infância, designadamente apontando para relação viciosa e prejudicial da condição de pobreza nos primeiros anos de vida ao desenvolvimento de capacidades ao longo da juventude e vida adulta (MACANA, 2014; HECKMAN, 2008).

O presente trabalho procura se diferenciar das demais pesquisas sobre a temática realizadas no Brasil, na medida em que busca interpretar dados que correspondem a um período recente de quatro anos. Procura-se contribuir com a pesquisa e debate sobre a pobreza, evidenciando a importância econômica e social do fenômeno na infância, de modo a proporcionar a compreensão mais atual da temática nas macrorregiões do Brasil.

1.5 ESTRUTURA

O presente trabalho será dividido em cinco partes. Primeiramente é apresentado o conceito de pobreza, sua evolução histórica e as principais abordagens de exploração. A segunda parte apresenta a pobreza infantil, conceitua a infância, mostra as tratativas legais de proteção das crianças, evidencia os principais determinantes e os principais condicionantes, as conseqüências e aponta estudos acadêmicos realizados sobre o Brasil. Na terceira parte são apresentados os aspectos metodológicos do trabalho. Na quarta, é exposto de forma quantitativa, a partir do método descritivo, a incidência de pobreza na população de 0 a 12 anos de idade nas regiões selecionadas a partir de análises monetárias e de privações sofridas dessa faixa etária. Por fim, na quinta parte, associando os resultados obtidos com a discussão teórica proposta, serão concebidas algumas considerações.

2 A POBREZA

A conceituação da pobreza é um fenômeno complexo, envolvendo diversos fatores. De forma generalizada pode ser feita como a condição na qual as necessidades básicas não são cumpridas de forma apropriada. De acordo com a estimativa do Banco Mundial (2020), entre 9,1% a 9,4% da população mundial se encontra em situações de pobreza extrema² (BANCO MUNDIAL, 2020).

Tal é a relevância de se estudar a pobreza, uma vez que tem como objeto de observação as pessoas e suas condições de vida, que tomados por um padrão retomam a tentativa de expor problemas e carências que possam estar impedindo-as de usufruir de uma qualidade de vida digna. A temática figura entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 para todos seus países membros, com finalidade resumida em erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares (ONU, 2018).

As primeiras noções sobre pobreza se dão numa perspectiva através da religiosidade. Tais noções perpetuavam a ideia de que a pobreza era algo natural e intrínseco aos indivíduos, como dizer que a situação era obra divina, e que as pessoas mais afortunadas deveriam conceder auxílios, como esmola, para serem reconhecidos como virtuosos aos olhos de Deus. Dessa forma, mesmo que, concebendo fatores místicos a pobreza, havia uma forma de retratação, ainda que filantrópica, de dignificar e prestar amparo aos pobres (REZENDE FILHO, 2009).

Após perder esse respaldo místico, os pobres começaram a ser vistos como um problema, sobretudo por parte das classes mais altas da sociedade, as quais que não queriam ter parte de sua riqueza sendo destinados a outros. O conceito de pobreza é ressignificado e rompendo com ideais religiosos, de modo que gradualmente, vá transferindo a responsabilidade para com o Estado (GUIMARÃES, 2016).

Junto a grandes acontecimentos, os pobres começaram a ser identificados com mais facilidade, por sofrerem com mais doenças que surgiam e falta de amparo pelo poder público. Com a mobilização por conta da parte afetada, surgiram logo antes da revolução industrial normativas jurídicas e atos que beneficiariam a validação da condição de pobreza (GUIMARÃES, 2016).

² Pobreza extrema é definida pelo Banco Mundial como pessoas que possuem renda inferior a U \$1,90 por dia (BANCO MUNDIAL, 2020).

Alguns teóricos se respaldam em críticas a essa movimentação de constatação e amparo aos pobres. Apoiados por parte da burguesia da época, teciam condenações quanto à origem da pobreza, abordando que o problema estava na moral desses indivíduos, que quando aptos, não refutam sua condição (LACERDA, 2009).

Tendo como base a visão de que as pessoas tendem a maximizar seu consumo para auferir a felicidade, surge a ideia de que a pessoa deveria obter um mínimo de renda para financiar esse consumo, que a traria uma vida significativamente aceitável. Enxerga-se o pobre como aquele que tenha insuficiência de riqueza para lhe prover de bens necessários à sobrevivência, surgindo a ideia de subsistência (LACERDA, 2009).

Visando abranger a ideia de subsistência, a abordagem das necessidades básicas incorpora a interpretação da noção de acesso a recursos. Ainda que estivesse atrelado a variável renda como consumo, abre-se caminho para adicionar questões de serviços públicos, uma vez que apenas enriquecer os pobres estaria os tirando de tal situação (ROCHA, 2006).

Por entender que além de que a pobreza possui aspectos sobre a renda e de acesso a recursos sociais, a visão das privações relativas, insere que a comunidade e seus padrões existam com condições próprias, assim o padrão de pobreza de um grupo, em determinado território, seria diferente de outro. Questões como consumo, culturais, territoriais e demográficas assim estariam sendo reconhecidas (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Para a ampliação da visão sobre a pobreza, foi introduzido ao debate as ideias de capacitações dos indivíduos e o aspecto multidimensional, e se afastando da exclusividade de explicação através da renda. A primeira diz respeito à propensão e/ou oportunidade das pessoas alcançarem uma vida próxima de seus ideais. Já a segunda, discorre que existem diversas dimensões em que as pessoas podem ser privadas do acesso (SEN, 2000; CODES 2008).

Dado o apresentado, nos tópicos seguintes serão discorridos a trajetória da noção como pobreza, mostrando o início de sua verificação, a partir de um contexto do território ocidental Europeu e suas estruturas sociais e concepções de classes, até chegar em perspectivas mais modernas de tratar a temática. Dentre as abordagens destacam-se cinco, conforme Codes (2008): subsistência, necessidades básicas, privações relativas, privações de capacitações e multidimensionalidade.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PRINCIPAIS ABORDAGENS DA POBREZA

O entendimento sobre a pobreza variou ao longo do tempo. Sabe-se que diferentes estudos sobre o histórico da pobreza remetem a tempos mais antigos, sobretudo nos séculos iniciais. Segundo Lacerda (2009) na idade média que se verifica a utilização do termo “pobre”. Essa adjacência descrevia uma nova categoria de pessoas na sociedade, um grupo social específico.

Tal noção de pobreza vinha alinhada a um contexto em que o cristianismo era disseminado como autoridade máxima da virtude humana, e os pobres por sua vez derivam de uma condição natural e inevitável (LACERDA, 2009).

Dessa forma os que eram compreendidos como pobres eram vistos como pessoas, nas quais cobertas por um misticismo, sofriam com maus inerentes à condição de vida, não por vontade própria, levando a uma consolidação de alguém digno de misericórdia, necessitando de caridade e compaixão daqueles com mais prosperidade (ALVES, 2015). Guimarães (2016) afirma que a religiosidade ao mesmo tempo em que sustentava o pobre no estado de pobreza, atuava como agente intermediário de donativos daquelas que eram favorecidos financeiramente, construindo uma rede de assistencialismo e comodismo social (GUIMARAES, 2016).

Segundo Rezende Filho (2009), o grupo das pessoas que constituíam camadas financeiramente favorecidas da sociedade, ocupava determinadas funções sociais, em tempos que a doutrina cristã prevalecia na Europa ocidental. Figurava-se um caráter de funcionalidade; os pobres serviam para receberem caridade e aquele que a fornecia seria dotado de virtude (REZENDE FILHO, 2009). As primeiras conceituações pautadas no assistencialismo eram configuradas na Europa, estando atreladas a uma suposta benevolência e altruísmo por parte dos ricos.

De acordo com Rezende Filho (2009, p. 3): “Os pobres adquirem, na ótica cristã do período, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os ‘não-pobres’ possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos”.

Com isso, houve uma transformação na figura do pobre, perdendo o misticismo, passando a ser visto como problema do poder público e da Igreja. Essa nova forma de encarar a pobreza, coagiu a uma mudança na função da caridade antes implementada. Indigência toma a forma do caráter até então existente, como algo que a sociedade deveria ocultar, pois remetia a vergonha (REZENDE FILHO, 2009).

De acordo com Mouro (2003), antes a caridade era praticada de forma informal e simples, e com a mudança passa a ser organizada de acordo com as necessidades. Formou-se uma nova forma de organização para lidar com a pobreza, como modo de vida e problema social, sendo comandada por grupos religiosos (MOURO, 2003).

Com o avanço do tempo, aqueles que possuíam mais capital, a classe mais alta financeiramente da sociedade, reagiram a essa caridade solidária e a ação de intermediadora da igreja, não querendo mais repartir suas riquezas com os pobres. Eles queriam romper com a obrigatoriedade imposta pela igreja em prestar auxílio aos mais deficitários. Desse movimento surge Estados independentes da religiosidade, não sendo mais a igreja quem estaria se relacionando com os pobres, introduzindo um olhar a políticas públicas, até então inexistentes (GUIMARÃES, 2016).

Conforme evidenciado por Scortegagna e Oliveira (2020), com o crescente avanço da peste negra, houve um aumento de órfãos e enfermos, acarretando a estagnação de salários e diminuição de trabalho, e com isso um aumento da fome, e a quantidade de pobres (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2020).

Os indivíduos eram nomeados de pobres por sua ausência no processo produtivo, seja ela por invalidez ou por não se adequar ao sistema de trabalho. Aqueles que não conseguiam o suficiente para sustentar a si mesmo ou seus familiares continuou-se a assistência a partir de compreensão e piedade. Agora, aos que apenas não se enquadravam ou eram pedintes por vontade própria, mesmo sendo saudáveis fisicamente, foi-se dado um teor discriminatório (ALVES, 2015).

Para conter a progressão dessa situação atos de caráter legal³ entraram em vigor, buscando que todos aqueles que estivessem aptos trabalhassem, assegurando um salário suficiente e de proteção a aqueles que não fossem aptos. As medidas visavam também uma redução daqueles que eram classificados na cadeia social como "mendigos", ou seja, aqueles que estavam em situação de pobreza e aptos a trabalhar, mas não o faziam (WAKITA, 2018).

A pobreza foi evoluindo, até o surgimento de uma das primeiras políticas sociais, a *Poor Law Act* concretizada pela monarquia britânica. Esta lei, segundo Pereira (2009), era entendida como um afrontamento aos andarilhos, que permaneciam pelas ruas procurando sobreviver. Tal lei tinha uma finalidade punitiva e não social, ela determinava que estes

3 Scortegagna e Oliveira (2012) destacam dois atos iniciais que asseguravam auxílio aos enfermos, trabalho aos aptos e discriminação aos mendigos: The Ordinance of Laboures – O Decreto dos Operários (1349) e The Statute of Cambridge – O Estatuto de Cambridge (1388).

andarilhos deveriam ser presos, pois a pobreza sem território causaria desordem social (PEREIRA, 2009).

Nesse contexto, ao longo do aumento de pessoas em situação de pobreza e a desordem no controle por parte do Estado, detentor da responsabilidade da ordem social, é evidenciado por Guimarães (2016) que próximo ao ano de 1522, várias cidades da Europa começam a fazer movimentações sobre leis que abordavam essa temática. Foram desenvolvidas resoluções legais que englobam medidas de inserção dos pobres na sociedade e combate à pobreza⁴. Tais políticas tinham como base a proibição de mendigar, exclusão de andarilhos, classificação dos necessitados e auxílios que pudessem adequar-se à realidade social do momento (GUIMARÃES, 2016).

Um marco da temática, no contexto da época, foi a formação de um conjunto de leis, estabelecidas na Inglaterra que tinham como finalidade conter as implicações extremas da pobreza. A esse conjunto de leis foi dado o nome de *Poor Laws*. A lei estabelecia três diferentes grupos para a qual seria privilegiado o auxílio: as pessoas que eram compreendidas como "inválidas", as crianças e os grupos que eram classificados como "válidos". Os dois primeiros receberam subsídios monetários. Já os válidos incumbiam ao Estado providenciá-los trabalho. Nesse movimento é possível perceber um resquício da atuação da Igreja, pois essa ação se dava em conjunto com as paróquias (GUIMARÃES, 2016; BLASS, 2006).

Em conjunto com as transformações na sociedade a visão que se tinha da pobreza foi-se alterando. Um marco importante que possibilitou a transformação do entendimento da temática foi a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra. Tal episódio fomentou mudanças significativas, especialmente em questões de urbanização e de crescimento demográfico, isso em estruturas sociais até então descobertas. A revolução trouxe consigo, salários baixos, péssimas condições de trabalho nas fábricas, e moradias precárias, significando aspectos insuficientes de garantir um modo de vida honrado, gerando uma condição de calamidade sanitária (ALVES, 2015).

A *Poor Laws* começou a ser questionada a partir do crescimento populacional e por causa das migrações urbanas. Nessa atmosfera de insatisfação de classes de baixo escalão, a precarização da vida junto a reivindicações impulsionou em 1834 uma reformulação na Lei dos Pobres inglesa. Conforme Lacerda (2009), a noção de pobreza estava respaldada em ideias

⁴ Guimarães (2016) destaca o Decreto de Moulin, na França em 1556.

utilitaristas e *laissez-fairianas*⁵, e estabelecia uma caracterização específica conhecida até os dias atuais: de pobres e indigentes (LACERDA, 2009).

De acordo com Martini (2010), muitos entendiam a pobreza como uma questão moral. A existência de pobres era considerada a falta de postura e de sentido deles próprios, ou seja, os pobres eram uma condição de responsabilidade pessoal, e somente quando eles estavam insatisfeitos com a sua situação e ameaçam a ordem existente, figuravam-se como problemas sociais (MARTINI, 2010).

No entendimento de Schwartzman (2004), Thomas Malthus, economista britânico da época, citava a condição de pobreza como algo atrelado unicamente ao próprio indivíduo pobre. O economista conceitua que o problema surgiria de ações dos próprios pobres, citando uma hipótese em que os pobres teriam a propensão em se reproduzirem de forma mais acelerada do que os alimentos. Em sua visão a solução seria controlar os impulsos sexuais desses indivíduos através da educação e assim a estabilização seria instalado (SCHWARTZMAN, 2004).

Segundo Lacerda (2009), além de Thomas Malthus, David Ricardo também criticava a assistência aos pobres “(...) por acreditarem que isso ocasionaria problemas ao bom funcionamento do sistema econômico”. Desse modo, observa-se que a pobreza foi vinculada à ideia de indisposição e interesse frente ao trabalho (LACERDA, 2009).

Diante deste breve histórico é possível perceber como a construção da ideia de que pobres são aqueles indivíduos que por si mesmos se colocam, ou permanecem, em níveis de insuficiência. Embora a questão fosse atrelada aos problemas sociais, sobretudo no que tange às diferenças de classes, a culpa recaía sobre os próprios indivíduos empobrecidos. Nos próximos tópicos serão abordadas as visões citadas na introdução: a subsistência, as necessidades básicas, privações relativas, capacidades e a multidimensional.

2.1.1 Subsistência

A utilização da insuficiência de renda como indicador do nível de pobreza é algo comumente visto na literatura econômica (RIBEIRO; TAQUES, 2012). O conceito para mensuração desta forma parte da ideia de linha de pobreza derivada de uma medida de renda, consumo ou acesso a bens e serviços. É construída uma linha que divide os pobres dos não pobres (MARTINI, 2010).

⁵ Ver mais em: ARTHMAR, R.; CINELLI, C. K.. A Economia Clássica entre *Laissez-Faire* e o Socialismo. *Economia*, Brasília, v.14, n.1A, p.227–252, jan/abr 2013

Foi na Inglaterra que a visão da pobreza a partir da ideia de subsistência começou a ser explanada, e ainda hoje continua sendo desenvolvida como base para estudos, sobretudo em países em desenvolvimento (CODES, 2008; ROCHA, 2006).

É datada que seu início se deu entre os séculos XIX e XX, com estudos na Inglaterra sobre nutrição, que indicavam que os indivíduos mais pobres não usufruíram de renda suficiente para manutenção do rendimento físico (SOUZA, 2018).

Codes (2008) destaca:

Pode-se afirmar que o padrão de subsistência descende daquele tratamento dado aos pobres na época das “Poor Laws”, quando suas necessidades eram medidas por quantidades de pão, farinha de pão ou dinheiro equivalente, havendo, em algumas paróquias, a permissão para que se adicionassem outras necessidades às referidas medidas (CODES, 2008, p.5).

Tal enfoque sob condição de subsistência busca identificar indivíduos em condições de pobreza a partir da insuficiência de renda, o que geraria uma precarização do seu consumo, estabelecendo uma linha de corte. Essa linha é centro da forma de mensuração do enfoque e é arquitetada a partir da delimitação de um ponto de corte mínimo para a renda, adequada ao necessário para satisfazer as necessidades alimentares e físicas dos indivíduos. Logo, são classificados como pobres aquelas pessoas que não gozam de tal valor. Por isso, o nome de pobreza monetária também é usado para se referir a esse fenômeno de subsistência (CARVALHO, 2020).

Por assumir que os todos que estivessem abaixo dessa renda mínima são pobres, ela também é chamada de pobreza absoluta, visto que estaria gerando privações essenciais à sobrevivência de qualquer indivíduo (CARVALHO, 2020).

Como a definição da pobreza de subsistência tem como alicerce a renda como variável representativa do potencial consumo, acaba encontrando respaldo na Teoria Econômica Neoclássica, sendo fundamentado no utilitarismo. Tal pensamento representa uma noção de valor baseada somente na utilidade individual, definida em termos subjetivos, como prazer e felicidade. Ou seja, o seu bem-estar é definido com base na sua função consumo, na qual a maximização de consumo reflete na soma de utilidades de determinado indivíduo. E dessa maneira que a renda figura como indicador exclusivo de bem-estar e a pobreza como insuficiência de renda, uma vez que impede que a pessoa maximize sua utilidade (LACERDA, 2009).

Críticas a essa abordagem se estabelecem em ao menos duas conceituações teóricas, conforme Codes (2008) descreve: primeiro que as necessidades humanas seriam apenas físicas,

considerando as pessoas apenas como consumidores, e não como seres sociais; segundo que a alimentação é tratada de maneira generalizada, não levando em consideração preferências, produção e disponibilidade de determinados alimentos (CODES, 2008).

2.1.2 Necessidades básicas

Embasada nas críticas do fenômeno sob a ótica da subsistência, surge a visão das necessidades básicas, entre as décadas de 1950 e 1970. Ela partia do pressuposto que existiam variações em questões nutricionais e alimentícias entre sociedades quanto entre papéis sociais realizados pelos indivíduos (CARVALHO, 2020).

Como Codes (2008) descreve “...surgiu a ideia de que o progresso social poderia ser mais bem auferido via satisfação das necessidades básicas das pessoas do que por meio do crescimento econômico” (CODES, 2008).

É válido mencionar que antes do surgimento dessa nova maneira de se olhar para a pobreza, o entendimento se baseia na ideia de subsistência relaciona a uma relação social de redistribuição de recursos a quem carecia, como Codes (2008) coloca:

Note-se que, antes daquele período, predominava a concepção unidimensional de pobreza, a de “subsistência”, afinada com um sistema de integração social calcado sobre o trabalho assalariado, requerendo a participação de todos os indivíduos sadios na esfera produtiva. Sob aquele prisma, a questão da pobreza encontrava-se ligada à redistribuição dos recursos em favor daqueles cuja produtividade marginal era fraca (CODES, 2008, p. 12-13).

A teoria das necessidades básicas acaba por ser uma extensão da anterior, de subsistência, incorpora aspectos que podem ser divididos em dois grupos: necessidade de renda para com consumo mínimo e acesso a serviços públicos. O primeiro estaria voltado a um mínimo para agenciamentos para o consumo privado, seriam alimentação, roupas, abrigo e afins. O segundo seria referente a serviços básicos providos para e por a comunidade, sendo eles acesso a água tratada, esgoto, energia, transporte e afins. Dessa forma, estaria evidenciando múltiplas faces da pobreza, tanto em termos de mínimos para a sobrevivência quanto a de acesso a recursos comuns (OTTONELLI et al, 2011; ROCHA, 2006).

Rocha (2003) cita três aspectos que diferenciam a abordagem das necessidades básicas da de subsistência: Primeiramente por não levar em consideração a renda como indicador-chave tanto por inferir padrões de consumo discutíveis quanto por procurar adotar parâmetros em termos de qualidade de vida e não de insumos e instrumentos. Segundo, a abordagem visa medir resultados para toda a sociedade e não limitar indivíduos como pobres. E terceiro por relativizar

a caracterização e mensuração da pobreza, tendo como visão que a melhora do bem-estar social é mais do que um somatório de atuações setoriais específicas (ROCHA, 2006).

Carneiro (2005) aponta que as necessidades básicas evidenciam a inter-relação entre as distintas carências. Porém, por mais que consiga descrever parte do fenômeno, teria uma utilidade limitada em pautar o teor de ações anti-pobreza, dado que não faz conexões entre determinantes da condição e reprodução da pobreza (CARNEIRO, 2005).

2.1.3 Privações relativas

Foi em torno da década de 1980 que, buscando por uma abordagem científica que possibilitasse comparações entre estudos internacionais, concedendo um ponto de vista abrangente e robusto, se originou o olhar da pobreza como privação relativa, considerando que as privações relacionadas a renda se alteram para determinados contextos e períodos. (CARVALHO, 2020; CODES, 2008).

A formulação dessa abordagem tem um olhar mais para as características da comunidade, uma vez que procurava as necessidades a partir de um contexto social. Porém, a mudança não se deve apenas a incluir indicadores passíveis de observações de privações materiais e públicas e a sua relação com a renda, constituindo-se, principalmente na verificação de que essa relação é variável ao longo de tempo e sociedades de diferentes regiões territoriais (ROCHA, 2015; CODES, 2008). Ou seja, a pobreza teria enfoque maior em situações de desvantagens dos indivíduos, em diversos e amplos aspectos sociais, frente ao resto das pessoas de certa comunidade que integram, resultando em condições de desigualdade e exclusão social (ROCHA, 2006).

Segundo Crespo e Gurovitz (2002):

Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 5).

Comumente a forma de mensuração dessa abordagem é a de utilização de uma linha de pobreza, que se diferencia das passadas por considerar desigualdade e distribuição de renda. Dessa forma não estabeleceria um padrão generalizado de nível mínimo de necessidade, se distanciando da ideia da pobreza absoluta já mencionada (SILVA, 2017).

Sobre o tema, Lavinias (2003) pontua que:

Quer se busque estimar a pobreza absoluta ou se adote um enfoque relativo, que trata do grau de desigualdade, a metodologia empregada apoia-se na elaboração de linhas de pobreza ou patamares de renda que separam o universo dos pobres dos não-pobres. Portanto, a linha de demarcação entre esses dois universos se dá com base na definição de níveis de carência, estipulados, por sua vez, com base numa interpretação consensual de cada sociedade do que é seu padrão de bem-estar (LAVINAS, 2003, p. 36).

Conforme descreve Lavinas (2003), o método de cálculo para identificação de pobreza relativa é estabelecido tendo como base um indicador em que o rendimento mínimo é fixo numa proporção de 2/3 da renda média disponível. Pessoas cuja renda per capita está abaixo desse limite estariam em situação de pobreza (LAVINAS, 2003).

2.1.4 Privação de capacitações e multidimensionalidade

Abandonando e criticando a ideia utilitarista, de maximização do consumo, Sen (2000) eleva o debate com suas contribuições. Ele opta por priorizar a noção de bem-estar, assumindo um papel de destaque em seu trabalho, levando a expansão do ponto de vista de olhar para a pobreza além da renda. Na visão de Sen, a pobreza é entendida como a privação de capacitações; os indivíduos pobres são privados de oportunidades e capacitações básicas para atuarem e atingirem níveis básicos no meio social que integram (CARNEIRO, 2005).

Sen (2000) discorre que a privação de capacitações básicas pode refletir em diversas deficiências que não observadas pela baixa renda, como por exemplo, morte prematura, subnutrição, morbidez persistente, analfabetismo e entre outras. Abrangendo de diferentes ramos de informações, como demográfico, médicas e sociais, (SEN, 2000; MARTINI, 2010).

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 2000, p. 123).

O enfoque das capacitações tem uma ampliação quanto a percepção de pobreza além das extensões materiais, mesmo que reconheça uma relação entre elas (CARNEIRO, 2005). A abordagem considera as características sociais, culturais e políticas que afetam ou limitam o bem-estar das pessoas. A pobreza pode ser definida como uma privação de capacitações, de forma que as pessoas não possam praticar da liberdade individual na tomada de decisões em benefício de seu bem-estar (SEN, 2000).

Sobre a relação de liberdade e capacitação, Sen (2000) discorre:

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo

de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, 2000, p. 105).

É importante notar que a escolha de focar na abordagem de privações de capacitação não significa eliminar a renda monetária como um aspecto da pobreza. Sen (2000) enfatiza que a renda monetária é um aspecto importante da pobreza, mas não pode e não deve ser considerada a única (CODES, 2008).

Sen (2000) destaca a relação da privação de capacitações e a renda:

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2000, p. 123-124).

Porém como descreve Codes (2008), existe o fato de o impacto da renda na capacitação é contingente e condicional, variando em quatro aspectos: primeiramente quanto a diferença de idade, sexo, localização ou domicílio que delimitam exigência de distintas necessidades; segundo que, as mesmas esferas do primeiro aspecto, podem limitar a habilidade de alguém em obter renda; terceiro reside no fato de a distribuição intrafamiliar da renda pode ser desbalanceada, beneficiando mais indivíduos frente a outros, dentro de um família; quarto discorre quanto a possibilidade que a privação relativa em termos de renda pode gerar privação absoluta em termos de capacidade, ou seja, um pobre em um país rico pode ter limitação de capacidade, mesmo que sua renda seja alta em relação mundial (CODES, 2008).

Com base no apresentado, e conforme Codes (2008) coloca, existem barreiras para uma padronização da pobreza por meio da medição de níveis de renda ou de necessidades, por existir uma variação dessas necessidades, das necessidades específicas e das diferenças de capacidades (CODES, 2008).

A ressalva quanto a utilização das privações de capacitações, conforme Codes (2008) e mesmo Sen (2000) descrevem, está situada no alto grau de operacionalização empírica, dado que trata de modo eminente de aspectos que não são fáceis de se observar ou mensurar na realidade (CODES, 2008; SEN, 2000).

Conforme exposto, o entendimento da pobreza como fenômeno multidimensional se dá pela existência de múltiplas dimensões que corroboram e incorporam na problemática da pobreza. Enquanto a percepção do tema enquanto carência de renda se tornou parcial. Sobre essa questão, Codes (2008) descreve:

Sob a perspectiva da multidimensionalidade, abre-se espaço para a elaboração do fenômeno enquanto “armadilha da privação”. A pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza (CODES, 2008, p. 24).

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) esclarecem, segundo citado por Serra (2017), que atualmente as dimensões de pobreza, pelo menos devem considerar simultaneamente: questões de ordem material, como a renda; questões de saúde, como alimentação; educação; informação e participação política (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009 apud SERRA, 2017).

De acordo com Mestrum (2002), conforme citado por Codes (2008), é afirmado que a visão da pobreza enquanto fenômeno multidimensional, por mais apropriada que possa ser, apresenta algumas dificuldade, sendo por um problema de avaliação, uma vez que por se tratar de dimensões distintas impõe determinar pesos para cada, ou sendo pela possível confusão de diferentes dimensões como pobreza propriamente dita (MESTRUM, 2002 apud CODES, 2008).

3 POBREZA INFANTIL

Comumente, vemos as crianças como símbolos do futuro ou de pessoas que conduzirão e influenciarão as transformações de nossa sociedade. Certamente, elas serão responsáveis por tomar grandes decisões amanhã, porém, muitas vezes nos fazemos esquecer de suas necessidades, desejos e possibilidades de participação no presente.

Atualmente, de acordo com o relatório sobre pobreza infantil, divulgado pelo Banco Mundial revela que 17,5 por cento de todas as crianças, com até 17 anos do mundo, cerca de 356 milhões, vivem em situação de pobreza. Ainda, de acordo com o relatório, quanto mais novas maior a possibilidade de a criança ser pobre, sendo quase 20% de todas as crianças de até 5 anos, em países em desenvolvimento vivem em condições de pobreza (SILWAL et al, 2020).

A concepção de infância se apresenta a partir de um contexto histórico-social. Ela sofreu transformações durante o tempo, estabelecendo a percepção das características únicas das crianças e o sentimento de família como educadora e protetora dos mais jovens até as mais atuais particularidades, que levam em consideração diferentes aspectos referentes ao ambiente que a população infantil está inserida (NIEHUES; COSTA, 2012).

Conforme a visão que se tinha sobre as crianças se alterou, e o sentimento de proteção floresceu, se viu necessário criar meios que legitimassem e protegessem a população infantil. O grande divisor de águas ocorreu em 1924 em um movimento mundial de ação protetora com as crianças, vendo como indivíduos com características únicas, dotados de necessidade e assistência (ROBERTI JUNIOR, 2012).

A relevância de se estudar a pobreza infantil, além da vulnerabilidade e dependência em que as crianças se encontram, se dá por meio de consequências em aspectos biológicos e sociais que se iniciam ou agravam em crianças em situação de pobreza. A infância é a fase em que se tem um importante desenvolvimento de habilidades, sejam cognitivas, físicas ou sociais que tendem a ser cruciais, e que poderão perpetuar a pobreza durante toda a sua vida ou a de futuras gerações (MACANA, 2014; VOGT et al, 2016).

Por se tratar de crianças, nas quais não podem responder por elas próprias, os olhares de proteção e anseio por esses jovens indivíduos se transferem, principalmente, para a família. É nesse ambiente em que elas irão se relacionar e receber bens que satisfarão suas necessidades. Além da família, outros agentes se portam como determinantes influenciadores da pobreza

infantil, agindo diretamente ou indiretamente na renda das famílias ou provendo de bens públicos (CHEN; CORAK, 2008).

A pobreza infantil é um problema social que, conforme cita Heckman (2008), afeta o futuro capital humano, impactando diretamente na força e competência de trabalho da comunidade em questão. Investimentos destinados ao bem-estar de crianças, principalmente aquelas que estão em seus primeiros anos, tendem a ser mais efetivos do que em fases mais avançadas, mesmo que inicialmente o custo seja mais elevado (HECKMAN, 2008).

Ainda que pouco, ao comparar com países desenvolvidos, no Brasil existem alguns estudos que abordam a pobreza infantil. Por exemplo, Mosaner (2016) que abordou a partir de uma perspectiva multidimensional para verificar em quais dimensões as crianças mais sofrem privações. Ribeiro e Marinho (2012) apresentam um estudo que evidencia que mulheres e meninas, sofrem mais da pobreza que homens e meninos. Ainda, Gonçalves et al. (2021) mostram que o Brasil, por conta do seu grande território, apresenta diferenças regionais quanto à pobreza em crianças.

Nos próximos capítulos serão expostos aspectos sobre a pobreza infantil, desde o entendimento e meios de proteção da infância até o porquê da relevância de olharmos para esse problema, mostrando como ela aparece e em quem ela mais atinge, junto a esforços de exhibir a temática no Brasil.

3.1 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E MARCOS DE DIREITOS DA CRIANÇA

Ao repassar os diversos conceitos de infância, é perceptível que se alteraram ao passar do tempo, sendo historicamente construídos. Segundo Niehues e Costa (2012) o entendimento sobre infância sofreu grandes transformações. Na era medieval não se tinha o sentimento de infância, e as crianças eram tratadas apenas como versões em miniatura dos adultos, sem qualquer tratamento diferenciado tão quanto um mundo próprio (MAIA, 2012).

Na Roma antiga, o nascimento de uma criança era mais do que um acontecimento biológico, mas uma aceitação paterna, dado que as crianças que necessitavam de atenção especial ou não selecionadas pelos pais eram abandonadas ou mortas (NIEHUES; COSTA, 2012). Com o aparecimento da igreja católica se deu um tom místico às crianças, emergindo de certa forma o sentimento de infância (MAIA, 2012). Apenas em XVIII, conforme aponta Niehues e Costa (2012), que a concepção de infância se consolidou. As crianças passaram a ser tratadas com peculiaridades, sob uma visão biológica e intelectual (NIEHUES; COSTA, 2012).

Em conjunto, emerge o sentimento de família, que se manifesta através de intimidade e diálogo, centrando seus olhares para as crianças, que por sua vez, eram tratadas para serem amadas e educadas (FROTA, 2007).

Atualmente as concepções de infância se alteram de acordo a classe social, gênero, colocação na família e a sociedade em geral. Dessa forma, as crianças se condicionam a diferentes fatores, tais como econômico, social, cultural e político, representando-as como um ser histórico-social (NIEHUES; COSTA, 2012).

De acordo com o exposto e o entendimento de Maia (2012), a infância não é apenas delimitação entre uma faixa etária específica, ela seria mais sobre o sentimento de proteção quanto às crianças (MAIA, 2012). Para questões de direito se vê necessário tal delimitação, classificando crianças como aquelas pessoas entre 0 a 12 anos e adolescentes aqueles entre 13 a 18 anos (BRASIL, 1990).

Até o início do século XX era comumente visto crianças trabalhando junto aos adultos em condições insalubres e inseguras. Não existiam normas de proteção aos mais jovens. Porém, com uma compreensão mais profunda sobre o assunto, as pessoas foram, cada vez mais, se tornando conscientes das injustiças de suas condições, o que acarretou a um movimento de protegê-las (ROBERTI JUNIOR, 2012).

Tratativas mundiais quanto a situação tiveram como grande marco inicial em 1924, quando a Liga das Nações⁶ adotou a Declaração de Genebra sobre os Direitos das Crianças, que enuncia que todas as crianças deveriam ter acesso a: meios de desenvolvimento; ajuda em momentos de necessidades; prioridade em socorro e assistência; liberdade econômica; proteção contra exploração; e educação (ALVES; CASTILHOS, 2016; ARANTES, 2012). Já em 1989 houve um marco histórico sobre a temática de direitos da criança, a Organizações das Nações Unidas (ONU) adota a Convenção sobre os Direitos das Criança (CDC), reconhecendo os papéis das crianças como atores sociais, econômicos, políticos, civis e culturais (DALMASSO, 2004).

No Brasil o grande marco quanto aos direitos da criança foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Elaborado em 1990, com base no CDC, o ECA é um conjunto de normas que conferem proteção à infância e juventude em diversas esferas, tais como negligência,

⁶ A Liga das Nações criada ao final da Primeira Guerra Mundial, com sede em Genebra, na Suíça, foi uma organização internacional de escopo universal, associando permanentemente Estados soberanos com o objetivo principal de preservar a paz e assegurar o cumprimento de leis internacionais (GARCIA, 2000).

violência e exploração (ROBERTI JUNIOR, 2012). O estatuto confere normativas de direitos básicos para os mais jovens, possibilitando o acesso deles em diferentes extensões, tais como saúde, liberdade, dignidade, educação, cultura, informação e lazer (LIMA, 2006; BRASIL, 1990; ROBERTI JUNIOR, 2012).

3.2 CONSEQUÊNCIAS, AGENTES DETERMINANTES, ASPECTOS CONDICIONANTES DA POBREZA INFANTIL E OLHAR ECONÔMICO

Por se apresentarem como seres únicos, seja por possuírem peculiaridades próprias, por conta da sua dependência familiar, ou por haverem de meios legais específicos de proteção, suas consequências de exposição à pobreza também possuem características preocupantes diferentes das dos adultos. Dentre elas, a literatura observada exalta principalmente questões quanto ao seu desenvolvimento e a sua propensão a permanecerem pobres ao longo de suas vidas (MACANA, 2014).

Diversos estudos, originários de áreas da saúde e da pedagogia, procuram evidenciar que o desenvolvimento de crianças é muito afetado por condições de precarização da esfera econômica. Dentre eles, um estudo realizado com crianças de menos de um ano, em um bairro tido como pobre na cidade de São Paulo, foi observado uma conexão entre os efeitos de um nível socioeconômico deficitário em aspectos de linguagem e desenvolvimento motor, evidenciando que tais efeitos são diagnosticados bem cedo na primeira infância, facilitando a avaliação e intervenção que possam auxiliar as crianças a superarem as consequências de viver na pobreza (TELLA et al, 2018).

Nesse sentido, Macana (2014) pontua que:

A infância é crucial porque constitui o período sensível para a formação de habilidades, que representa o período de tempo em que as crianças são mais suscetíveis e receptivas a estímulos e experiências e que definem o padrão de seu desenvolvimento (MACANA, 2014, p. 17).

Quanto a propensão em permanecerem pobres, também entendida como pobreza crônica, pode ser entendida como uma situação em que a pessoa é privada de suas capacidades por um longo período de tempo (VOGT et al, 2016). Ou seja, quanto maior o tempo em que o indivíduo esteja vivendo em condições de pobreza, mais a probabilidade de permanecer pobre durante o restante de sua vida (HULME; SHEPHERD, 2003). Adequando o tema a crianças, se tem, conforme Vogt et al (2016) desenha, um ciclo de persistência, podendo estar ligada a situação de que pais pobres criam filhos pobres, e esses filhos, afetados por conta da situação

de privação, terão menor possibilidade de desenvolvimento, possibilitando a perpetuar tal ciclo (VOGT et al, 2016; BAGOLIN et al, 2012).

Como apresentado no capítulo anterior, Sen (2000) ao explicar a abordagem das capacitações, mostra que existem aspectos que alteram a condição de relação da renda com a capacitação dos indivíduos, uma delas diz respeito à idade das pessoas (SEN, 2000). Essa relação mostra que quanto mais velho ou mais novo menor a propensão do indivíduo a auferir a renda. No caso de crianças, é evidente essa relação, uma vez que a renda está alienada a de seus pais ou responsáveis, dado que elas são obrigadas, por normativas regulatórias, a não exercerem qualquer atividade remunerada (DUNCAN; GUNN, 2000).

Conforme aponta Duncan e Gunn (2000), esse vínculo das crianças com seus pais, representados pela família, estabeleceria relações diretas quanto à pobreza de suas crianças. Primeiramente, pais mais velhos têm a tendência de estarem em condições empregatícias melhores, implicando em rendimentos mais elevados, e analogamente, pais com maior nível educacional, provavelmente, terão melhores habilidades, na visão do mercado de trabalho, resultando em menores chance de desemprego e maiores salários (CHEN; CORAK, 2008). A questão de, dentro da família, haver outros filhos implica na probabilidade de um padrão de vida material menor, visto que existe mais segregação de recursos (NGUETSE TEGOUM; HEVI, 2020). Outro aspecto faz referência a presença de ambos os pais na família, visto que dois adultos provavelmente atribuiriam mais rendimento para a casa (CHEN; CORAK, 2008).

Além da esfera material, a família possui um papel de grande destaque com o desenvolvimento das crianças, sendo que o bom funcionamento, explorado muitas vezes em função de disponibilidade de recursos financeiros, impulsiona habilidades necessárias para se viver em sociedade, conforme Macana (2014) pontua:

A família constitui o espaço mais imediato de socialização e dependência da criança e na qual ocorre o primeiro aprendizado de valores e habilidades necessárias para atuar dentro da sociedade. A família influencia o desenvolvimento infantil por tomar decisões que tem implicações no bem-estar das crianças, como hábitos, alimentação, cuidados de saúde, educação e também por escolher – voluntária ou involuntariamente – os contextos aos quais eles são expostos, incluindo os amigos, a escola ou bairro. De igual forma, a família influencia no desenvolvimento da personalidade e aquisição de qualidades desde idades precoces (MACANA, 2014, p. 17-18).

Além da família, existem outros dois amplos agentes que estabelecem uma relação com a pobreza e o bem-estar infantil, conforme afirmam Chen e Corak (2008). Tais agentes se portam como determinantes influenciadores em satisfazer, indiretamente e diretamente, as necessidades das crianças, sendo eles: o mercado e o estado (CHEN; CORAK, 2008).

O mercado teria relação direta com os rendimentos das famílias, através dos indivíduos provedores de recursos para sanar as necessidades das crianças. Mudanças na taxa de desemprego, ou em valores de rendimentos implicaria em condições diferentes para os responsáveis, uma vez que quanto menor o indicador maior a propensão em a família ter recursos financiadores de bem-estar (CHEN; CORAK, 2008).

Por último, o Estado, é citado como o realizador de mudanças no montante da receita de transferência recebida pela família, ele teria elegibilidade de apoiar a renda, e quanto maior o apoio, menores as chances de pobreza infantil. Ainda, existiriam benefícios não monetários, direcionados por meio do fornecimento de bens de ordem públicas (CHEN; CORAK, 2008).

Conforme o exposto no tópico 3.1 sobre as concepções de infância, foi verificado que a noção de infância se altera em determinada classe social, gênero, colocação na família e sociedade. De tal forma, a pobreza em certas concepções diferentes também pode ter suas particularidades, tendo uma incidência maior de acordo com a classificação que a criança se encontrar (GONÇALVES et al., 2021; ASSIS et al., 2017).

Quanto ao gênero da criança, de acordo com a pesquisa efetuada por Saunders et al. (2019), comparando as necessidades não atendidas, em questionários respondidos pelas próprias crianças, as meninas sofrem mais em relação aos meninos. Em outra pesquisa, realizada por Wong et al. (2015), tendo a China como território observado, essas discrepâncias de gênero da pobreza infantil têm algumas particularidades, dado que nas meninas se observou que elas carecem mais em questões ligadas a parte física e os meninos em psicossociais.

No que se refere a localização, sabe-se que existem diferenças nas condições de pobreza das crianças quando comparamos os ambientes em que elas vivem, seja em zonas urbanas ou rurais. Essas zonas haveriam de ter influência em termos de acesso à educação, ambiente familiar e vizinhança, níveis de criminalidade (GONÇALVES et al., 2021).

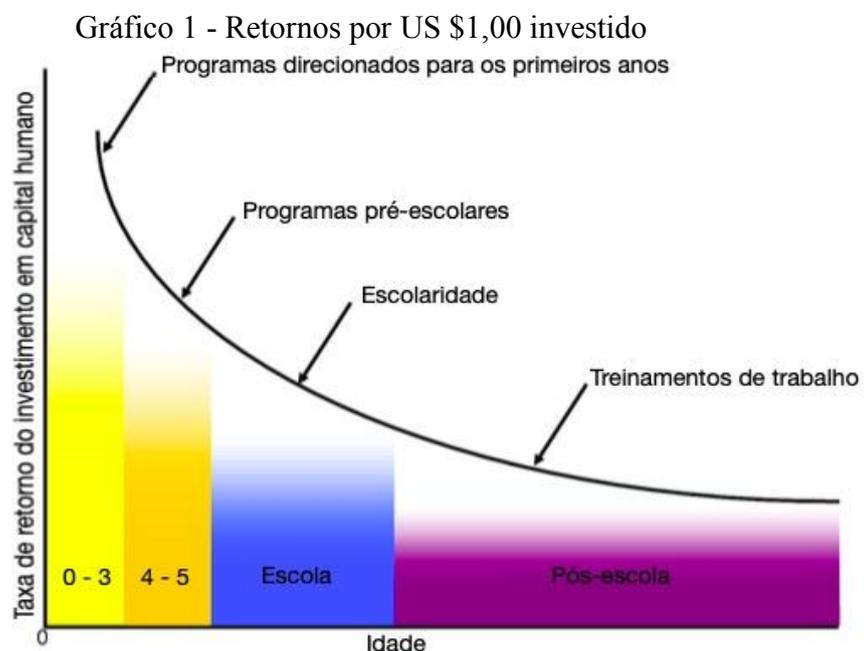
Além de questões de gênero e localização, a cor ou raça também é associada com a possibilidade de a criança ser pobre (ASSIS et al., 2017). Segundo pesquisa realizada por Bratter e Damaske (2013), quase todas as crianças pretas são mais propensas a serem pobres, em comparativo com as brancas, apresentando uma probabilidade de 41% a mais de chance.

É de senso comum que as crianças são os futuros adultos, futuros protagonistas das sociedades que estiverem inseridos. Dotado disso, podemos classificar que o problema da pobreza infantil é também uma questão que afeta o futuro capital humano. Uma vez que não exposta a situações que as desenvolva, a próxima geração estará afetada no que diz respeito a

suas habilidades. Dessa forma, intrinsecamente a pobreza em população infantil impõe um custo social que se traduz em um expressivo custo econômico (ASSIS et al, 2017).

De acordo com Heckman (2008), investimentos realizados durante o desenvolvimento do período da infância têm maiores retornos sobre o capital humano. Isso ocorre em função das crianças estarem em um período muito sensível para o desenvolvimento de suas habilidades (HECKMAN, 2008). Segundo o autor, existem rendimentos decrescentes com relação a idade, quando discorremos sobre uma taxa de retorno de investimentos em capital humano.

De acordo com o gráfico 1 é possível observar o estudo de Heckman, evidenciando que a cada U \$1,00 investido nos primeiros anos de vida tem uma taxa de retorno do investimento maior do que aos investidos em fases mais avançadas da vida. Ou seja, o quanto antes for investido para que as crianças tenham estímulos e condições adequadas, mais provável que elas seguirão caminhos de sucesso é menos provável que sofram de desigualdades futuras. Algumas evidências apontadas na literatura mostram que proporcionar condições que desenvolvam as crianças é mais eficiente do que buscar reverter ou diminuir os efeitos da pobreza infantil, mesmo que possam representar um custo inicial maior (VOGT et al, 2016; HECKMAN, 2008).



Fonte: HECKMAN, 2008, p. 91. Tradução livre.

De acordo com Diallo (2011), em países que focaram em famílias com crianças na elaboração e execução de políticas públicas tiveram resultados melhores em indicadores

relacionados à população infantil e na diminuição de números gerais de pobreza. Dessa forma, exalta-se a importância de investimentos focados na primeira infância como estratégia para romper com a perpetuação do ciclo da pobreza (VOGT et al, 2016).

3.3 ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE POBREZA INFANTIL NO BRASIL

Dentre os estudos nacionais destacados, a maioria vai de encontro com a literatura internacional, evidenciando o grande impacto que as famílias exercem no desenvolvimento das crianças, e que existem certos padrões quanto a questões físicas das crianças, de seus domicílios e de suas famílias.

O estudo realizado no estado do Ceará em 2017 por Brito et al (2018), evidenciou que 73,18% das crianças de 0 a 6 anos, que compuseram a amostra, se encontram em situação de pobreza extrema, sendo aquela em que a família possui renda per capita de até R\$ 85,00. Ainda, é abordado pelos autores que são em sua maioria crianças do sexo masculino, de cor parda, que residem em zonas urbanas (BRITO et al., 2018).

Buscando mensurar as privações sofridas pelas crianças brasileiras de até 6 anos de idade, Vogt et al. (2016) apresentaram um estudo que confirma o impacto das famílias têm sobre o desenvolvimento. Nas famílias em que o provedor principal de renda possui baixa escolaridade, em que as crianças frequentam creches públicas e em que não há gastos com atividades esportivas, brinquedos, materiais didáticos e roupas, são as mesmas que apresentaram maiores níveis de privação infantil (VOGT et al., 2016).

Em um estudo realizado por Mosaner (2016), sob a abordagem multidimensional, e levantados da PNDS⁷ de 2006, o autor analisou as macrorregiões do Brasil, evidenciando as diferenças nos níveis de pobreza de acordo com sua localização, dividindo entre rurais e urbanas. Foi mostrado no estudo que crianças que vivem em região rural sofrem mais privações em questões de habitação, saneamento básico, água potável e comunicação. Já as que vivem em região urbana sofrem mais privações em questões de habitação, saneamento básico e saúde (MOSANER, 2016).

Conforme já citado, Tella et al (2018) realizaram um estudo sobre o desenvolvimento de crianças entre 6 a 9 meses em São Paulo. Nesse estudo se evidenciou que o nível educacional das mães lactantes exerce influência negativa em importantes áreas de habilidade da população

7 Pesquisa Nacional da Saúde da Criança e da Mulher.

infantil, exalta-se o desenvolvimento linguístico, cognitivo e motor. Um aumento na educação das mães resultaria em uma diminuição de restrições de crianças financeiramente pobres (TELLA et al., 2018).

Alinhado a aspectos sobre gênero, Ribeiro e Marinho (2012), defendem, em seu estudo sobre bem-estar e pobreza de tempo, que mulheres, enquanto crianças e adultos, são mais impactadas pela pobreza no Brasil. Outro dado importante desse estudo, é que 16,1% das crianças são pobres de tempo (RIBEIRO; MARINHO, 2012).

Gonçalves et al. (2021) realizaram um estudo, que apresentou resultados de acordo com os outros estudos apresentados, quanto à escolaridade do chefe da família, características das crianças como idade, gênero, raça e aspectos familiares. Porém, o aspecto exaltado é a discrepância entre as regiões do Brasil. No Nordeste é onde se encontra a maior concentração de pobreza em crianças; o aumento do grau de urbanização apresentou um aumento na probabilidade de elas serem extremamente pobres, enquanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram uma diminuição (GONÇALVES et al., 2021).

Existe conformidade quanto aos resultados obtidos em pesquisas realizadas no Brasil, sobre pobreza infantil. Porém, esse movimento em estudar a pobreza com foco em populações mais jovens ainda é de certa forma tímido no país, frente a estudos realizados em países desenvolvidos.

4 RESULTADOS

Em 2019, a população de faixa etária de 0 a 12 anos representava aproximadamente 20% do total de 209 milhões de pessoas no Brasil, segundo dados do PNAD-Contínua. A tabela 1 mostra, em números absolutos, a quantidade de crianças por cada uma das cinco grandes regiões do Brasil. A região que conta com mais crianças até 12 anos de idade é a Sudeste com média de 15,9 milhões, para os anos de 2016 a 2019, seguido sequencialmente por Nordeste com 12,5 milhões, Sul com 5,5 milhões, Norte com 4,5 milhões e Centro-Oeste com 3,3 milhões.

Tabela 1 – População de crianças por faixa etária em cada macrorregião brasileira

Ano	Faixa Etária	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		Proporção	1000 pessoas	Proporção	1000 pessoas	Proporção	1000 pessoas	Proporção	1000 pessoas	Proporção	1000 pessoas
2019	0 a 12 anos	17,67%	2.856	18,21%	10.361	21,15%	3.830	15,45%	13.639	15,78%	4.722
	4 a 12 anos	12,61%	2.038	13,07%	7.435	15,11%	2.736	10,85%	9.581	11,01%	3.295
	9 a 12 anos	5,76%	931	6,15%	3.497	6,80%	1.231	4,85%	4.285	4,91%	1.471
2018	0 a 12 anos	17,84%	2.846	18,63%	10.541	21,30%	3.803	15,55%	13.634	15,80%	4.692
	4 a 12 anos	12,66%	2.020	13,29%	7.521	15,14%	2.704	10,87%	9.529	11,08%	3.291
	9 a 12 anos	5,87%	936	6,24%	3.532	7,17%	1.280	4,88%	4.277	4,91%	1.459
2017	0 a 12 anos	17,83%	2.808	18,79%	10.575	21,95%	3.866	15,79%	13.737	15,80%	4.658
	4 a 12 anos	12,47%	1.964	13,57%	7.636	15,74%	2.773	11,13%	9.682	10,96%	3.229
	9 a 12 anos	5,90%	930	6,46%	3.632	7,37%	1.298	5,01%	4.359	5,09%	1.501
2016	0 a 12 anos	18,36%	2.852	18,86%	10.553	22,63%	3.934	15,70%	13.545	15,79%	4.618
	4 a 12 anos	12,95%	2.011	13,55%	7.583	16,07%	2.793	11,04%	9.525	11,07%	3.237
	9 a 12 anos	6,14%	954	6,34%	3.546	7,47%	1.299	5,26%	4.537	5,32%	1.556

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Como evidenciado na metodologia, o presente trabalho foi subdividido em duas formas de análise. Primeiramente será apresentado a análise monetária e posteriormente a análise das privações sofridas em outras dimensões.

4.1 ANÁLISE MONETÁRIA DA POBREZA INFANTIL

Como não se tem consensualmente reconhecido que uma linha é melhor do que as outras, cada uma apresentando suas vantagens e suas limitações, e como no Brasil não existe uma linha de pobreza oficial, foram escolhidas duas linhas.

4.1.1 1ª linha de pobreza: rendimentos mensais estabelecidos como requisitos exigidos do Programa Bolsa Família

A primeira linha de pobreza selecionada tem o Real (R\$) como valor monetário e foi elaborada para servir de requisitos exigidos para concessão do Programa Bolsa Família do Governo Federal. A Tabela 2 contém a proporção de crianças de 0 a 12 anos de idade por categoria de rendimentos, sendo “extremamente pobres” e “pobres”, para cada macrorregião brasileira no período de 2016 a 2019. São considerados como extremamente pobres crianças vivendo em famílias com rendimentos per capita até R\$ 89,00 mensal, e pobres crianças vivendo em famílias com rendimentos per capita entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00. A análise dos dados retirados da PNAD-Contínua se deu pelo número absoluto da população de cada macrorregião do Brasil para os respectivos anos.

Tabela 2 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir da 1ª linha de pobreza por meio da renda domiciliar per capita

Ano	Categoria de rendimento	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	Extremamente pobre	4,15%	14,17%	11,33%	4,42%	3,19%
	Pobre	7,31%	27,44%	24,91%	8,08%	5,49%
2018	Extremamente pobre	3,46%	15,08%	12,30%	4,46%	3,57%
	Pobre	6,79%	28,89%	25,91%	9,09%	6,42%
2017	Extremamente pobre	3,62%	13,59%	9,72%	4,37%	3,47%
	Pobre	7,49%	27,93%	23,00%	8,25%	6,35%
2016	Extremamente pobre	2,68%	12,24%	9,34%	4,20%	2,53%
	Pobre	6,27%	26,83%	24,81%	7,74%	5,37%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Dado o exposto, a pobreza infantil avaliada pela primeira linha, evidencia que as regiões Nordeste, Sudeste e Sul possuíram uma evolução com comportamento parecido quanto

aos números de proporção de crianças classificadas tanto para extremamente pobres quanto pobres, ao longo dos anos analisados, exibindo um aumento entre os anos de 2016 a 2018 e uma diminuição para 2019, em relação ao ano anterior. A região do Norte manifestou comportamento igual as anteriores para extremamente pobres; para pobres observou-se uma diminuição de 2016 para 2017, aumento para 2018 e nova diminuição para 2019 em relação aos anos anteriores. O Centro-Oeste mostrou uma diferença quanto à evolução de seus números, demonstrando um aumento na mudança de 2016 a 2017, uma queda para 2018 e um aumento para 2019, esses em relação aos anos anteriores.

Comparando apenas o primeiro e o último ano da amostra, 2016 e 2019, é possível verificar que todas as regiões apresentaram um aumento na proporção de crianças de 0 a 12 anos de idade com rendimentos domiciliares per capita até R\$ 89, categorizados como extremamente pobres. A região do Centro-Oeste foi a que apresentou a maior taxa de variação entre as proporções, com 55,16%, seguida pelo Sul com 28,98%, Norte com 18,16%, Nordeste com 13,65% e Sudeste com somente 5,99%. Agora, para os classificados como pobres, definidos com rendimentos domiciliares per capita de R\$ 89,01 a R\$ 178, entre os mesmos anos, apenas na região do Norte teve uma diminuição na comparação dos mesmos anos quanto proporção da categoria diante da população total do ano, com taxa de -2,25%, já dentre as regiões que apresentaram aumento destaca-se o Centro-Oeste com taxa de 16,87%, as demais ficaram com taxas abaixo dos 5,1%.

Analogamente, temos que para a categoria de extremamente pobres, a região Centro-Oeste apresentou maior proporção de crianças no ano de 2019 com 4,15%. E todas as demais regiões mostraram maior proporção no mesmo ano de 2018. A região do Nordeste contou com proporção de 15,08%, Norte de 12,30%, Sudeste de 4,46% e o Sul de 3,57%. A menor proporção da categoria, entre os anos analisados, se deu em 2016 para todas as cinco regiões, sendo 2,68% para a região Centro-Oeste, 12,24% para o Nordeste, 9,34% para o Norte, 4,20% para o Sudeste e 2,53% para o Sul.

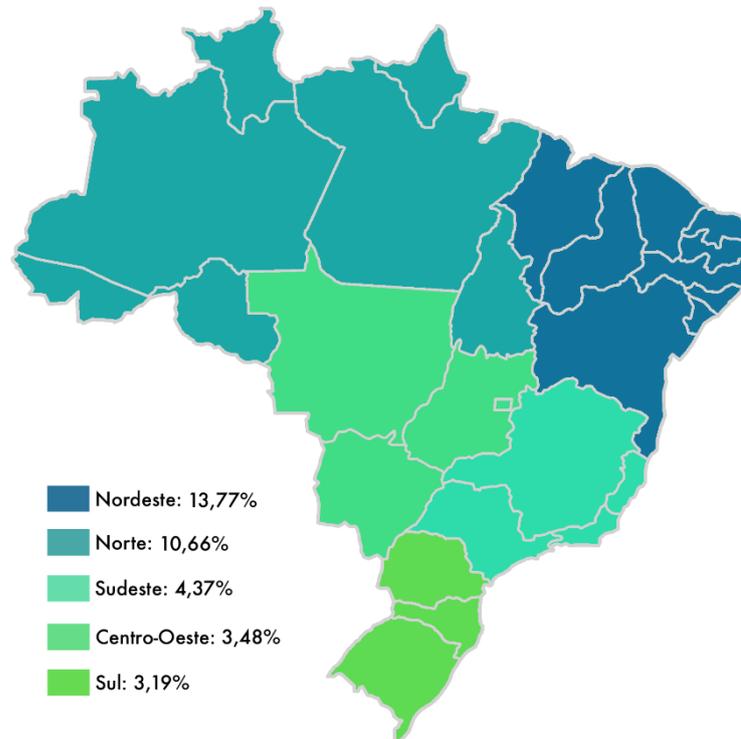
A maior proporção da população de 0 a 12 anos de idade inserida na categoria de rendimento pobres se teve novamente em 2018 para as regiões do Nordeste com 28,89%, do Norte com 25,91%, do Sudeste com 9,09% e do Sul com 6,42%. O ano de 2017 contou com a maior proporção da categoria para a região Centro-Oeste com 7,49%.

Dentre todos os quatro anos analisados, pode-se afirmar que a região do Nordeste foi quem apresentou maiores proporções de pobreza infantil, tanto para extremamente pobres quanto para pobres, tendo como médias aritméticas para cada categoria de rendimentos, de

13,77% para a primeira e 27,77% para a segunda. Logo em seguida, mostrando números próximos ao Nordeste e mais afastados das demais regiões está o Norte, que mostrou médias das classificações de rendimento de 10,66% para extremamente pobres e 24,65% para pobres. Já com números menores e mais próximos entre si, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul exibiram respectivamente 4,37%, 3,48% e 3,19%, para os extremamente pobres e 8,29%, 6,96% e 5,91% respectivamente, para pobres.

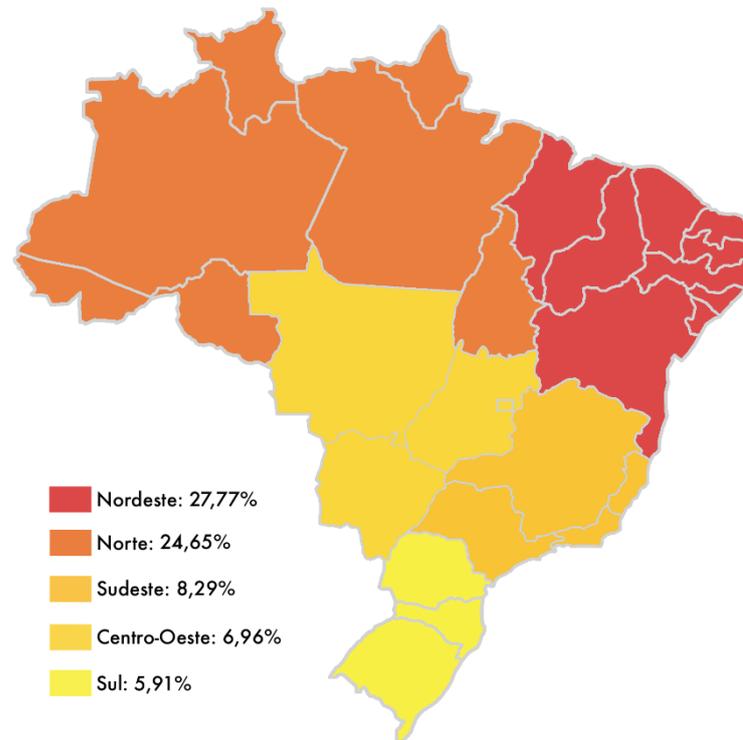
As figuras 1 e 2 ilustram as discrepâncias das médias aritméticas da proporção de crianças, classificadas como extremamente pobres para o figura 1, e pobres para o figura 2. Em ambas as categorizações o Sul permanece como a região com menor número e o Nordeste com o maior.

Figura 1 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos extremamente pobres, a partir da 1ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Figura 2 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos pobres, a partir da 1ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

4.1.2 2ª linha de pobreza: rendimentos diários estabelecidos pelo Banco Mundial

A segunda linha de pobreza escolhida utiliza como base a categorização de rendimentos diários pelo Banco Mundial, tendo o Dólar (US\$) como valor monetário. A Tabela 3 apresenta a proporção de crianças de 0 a 12 anos de idade por categoria de rendimento, sendo “extremamente pobres” e “pobres”, para cada uma das cinco grandes regiões brasileiras no período de 2016 a 2019. São atendidos como extremamente pobres crianças vivendo em famílias com rendimentos per capita menores que US\$ 1,90 por dia, e pobres crianças vivendo em famílias com rendimentos per capita menores que US\$ 5,50. A análise dos dados retirados da PNAD-Contínua se deu pelo número absoluto da população de cada macrorregião do Brasil para os respectivos anos.

Tabela 3 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir da 2ª linha de pobreza por meio da renda domiciliar per capita

Ano	Categoria de rendimento	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	Extremamente pobre	5,89%	23,22%	20,55%	7,12%	4,57%
	Pobre	28,66%	62,48%	59,84%	30,76%	23,60%
2018	Extremamente pobre	5,13%	23,99%	20,58%	7,05%	4,71%
	Pobre	29,51%	63,97%	59,62%	31,30%	24,95%
2017	Extremamente pobre	6,00%	23,43%	18,32%	6,48%	4,90%
	Pobre	29,15%	65,06%	59,98%	31,60%	24,81%
2016	Extremamente pobre	4,25%	21,21%	17,64%	5,99%	3,86%
	Pobre	30,36%	64,64%	61,11%	29,88%	24,23%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

A partir da Tabela 3 é possível observar o comportamento da proporção de crianças em cada região abordada a partir da segunda linha. Para os extremamente pobres, a região do Sudeste apresentou um aumento da proporção em todos os anos analisados comparados com o ano anterior; em 2017 todas as regiões exibiram um aumento. Em 2018, comparado com 2017, as regiões Nordeste e Norte apresentaram um aumento seguido de uma diminuição para 2019 comparado a 2018. A região do Centro-Oeste apresentou uma diminuição em 2018 comparado ao ano anterior, junto a região Sul, porém a primeira exibiu um aumento para 2019 e a segunda uma diminuição.

Para os categorizados como pobres, a região do Norte exibiu quedas da proporção de 2016 a 2018, prosseguido por um aumento para 2019. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram o mesmo comportamento, um aumento de 2016 para 2017 seguido por diminuições de 2017 a 2019. Já as regiões do Centro-Oeste e Sul, se diferenciam de 2016 para 2017, na qual a primeira apresentou uma diminuição e a segunda um aumento, entretanto de 2017 para 2018 e de 2018 para 2019 exibiram o mesmo comportamento, sendo um aumento para o primeiro período e uma diminuição para o segundo.

Ao examinarmos a taxa de variação de cada região, comparando apenas o primeiro ano 2016 com o último 2019, verificamos que a região Centro-Oeste foi a que apresentou a maior variação para aquelas crianças que residem em famílias com rendimentos domiciliares até US\$ 1,90 por dia, com 38,86% e já para aqueles residem em famílias com rendimentos

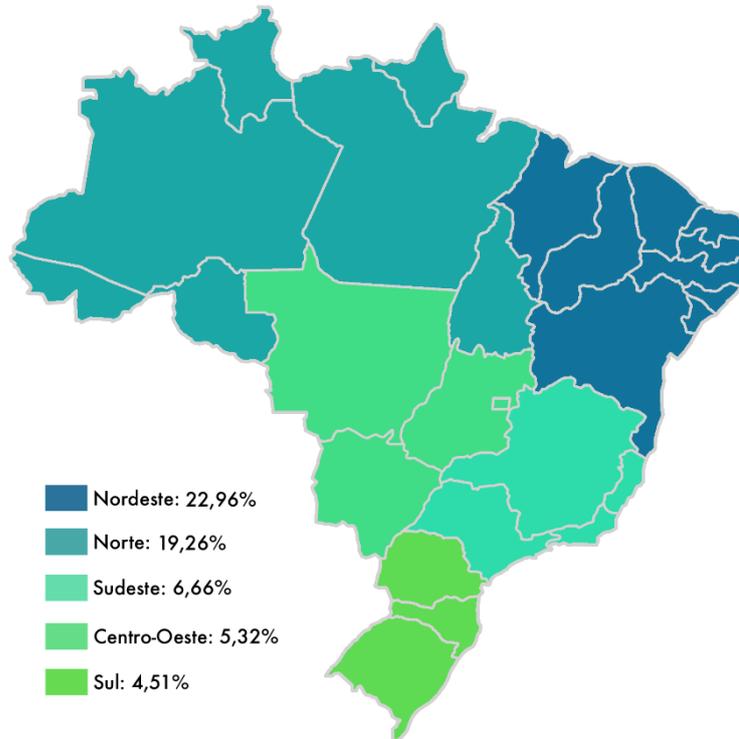
domiciliares até US\$ 5,50 por dia a região apresentou a menor taxa com -5,44%. Ainda que menor, as demais regiões apresentaram também uma taxa de variação positiva para os classificados como extremamente pobres, sendo a região do Sul com 21,02%, Sudeste com 19,79%, Norte com 13,41% e Nordeste com 7,47%. Agora, para os pobres, outras três regiões também apresentaram uma variação negativa da proporção, o Nordeste com -5,1%, o Norte com -4,64% e o Sul com -0,38%. A região do Sudeste foi a única entre as cinco regiões que exibiu uma taxa de variação positiva para aqueles categorizados com renda domiciliar per capita até US\$ 5,50 por dia, com 3,68%.

Dado o exposto, em 2019 a região Sudeste apresentou seu maior número de proporção de crianças categorizadas como extremamente pobres com 7,12%. Já as regiões do Nordeste e Norte exibiram em 2018 com 23,99% e 20,58% respectivamente, e as regiões Centro-Oeste e Sul em 2017 com 6% e 4,9% respectivamente. Para a categoria de rendimento nomeada como pobre, a região do Sul teve sua maior proporção em 2018 com 24,95%. Em 2017 foi o ano das regiões Nordeste e Sudeste apresentaram suas maiores proporções, sendo 65,06% para a primeira e 31,6% para a segunda. As duas outras regiões, Centro-Oeste e Norte apresentaram em 2016 com 30,36% e 61,11% sua maior proporção da categoria.

A partir das informações exibidas, é passível de se garantir que a região que apresenta maiores proporções de pobreza para a população infantil é a do Nordeste, para aqueles classificados como extremamente pobres e também para pobres. Calculando a média aritmética da região, para todos os quatro anos analisados, temos 22,96% para aqueles que vivem em extrema pobreza e 64,05% para aqueles que vivem em situação de pobreza. A região do Norte é a que mais se aproxima da já citada, com médias de cada categoria de 19,26% e 60,14%, para extremamente pobre e pobre respectivamente. As outras três regiões apresentaram números mais aproximados entre si, e mais afastados das duas anteriores. Sudeste, Centro-Oeste e Sul, mostraram médias das proporções de 6,66%, 5,32% e 4,51% para a categoria de extremamente pobre e 30,89%, 29,42% e 24,4% respectivamente.

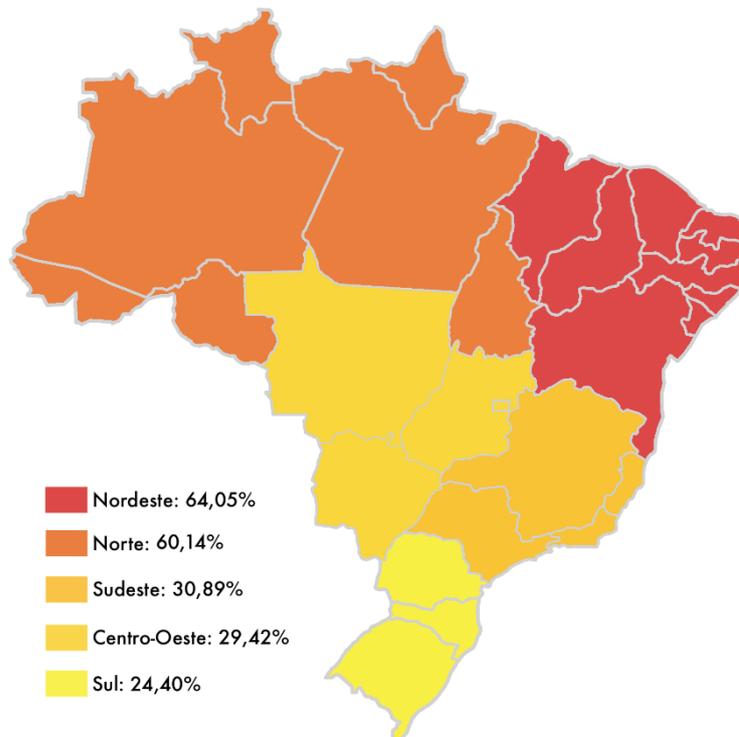
As figuras 3 e 4 elucidam as diferenças de médias aritméticas da proporção de crianças, classificadas como extremamente pobres para a figura 3, e pobres para a figura 4. Novamente, em cada categoria de rendimentos a região Sul permanece como a região com menor número e o Nordeste com o maior.

Figura 3 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos extremamente pobres, a partir da 2ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Figura 4 - Mapa com a média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos pobres, a partir da 2ª linha de pobreza do ano de 2016 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

4.2 ANÁLISE DE PRIVAÇÕES EM OUTRAS DIMENSÕES

A segunda análise se baseia em verificar o bem-estar infantil a partir de cinco dimensões que traduzem necessidades e direitos que todas as crianças deveriam ser passíveis de usufruir, e que quando não as desfrutam se encontram em situação de privação. As dimensões são: educação, moradia, saneamento, água e informação. Para cada dimensão foi selecionado ao menos uma variável.

4.2.1 Educação

A dimensão educação, representada pela variável anos de estudos, tem como objetivo evidenciar crianças de 4 a 12 anos de idade sem nem um ano completo nas escolas, categorizando-as como sem instrução. Busca-se explorar um aspecto importante para questões de desenvolvimento intelectual e social.

A tabela 4 apresenta a proporção de crianças, dentro da faixa etária analisada, sem qualquer ano de estudo para cada macrorregião do Brasil entre os anos de 2016 até 2019. É possível observar que os dados se portaram de maneira uniforme para todas as regiões, dado que para todos os anos os números se mantiveram entre 22,01% a 24,08%.

Tabela 4 – Proporção de crianças de 4 a 12 anos sem qualquer ano de estudo

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	24,08%	23,09%	24,04%	22,90%	23,32%
2018	22,97%	23,32%	23,46%	23,02%	22,82%
2017	22,41%	23,36%	23,33%	23,89%	22,01%
2016	23,28%	23,83%	23,53%	23,74%	22,11%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

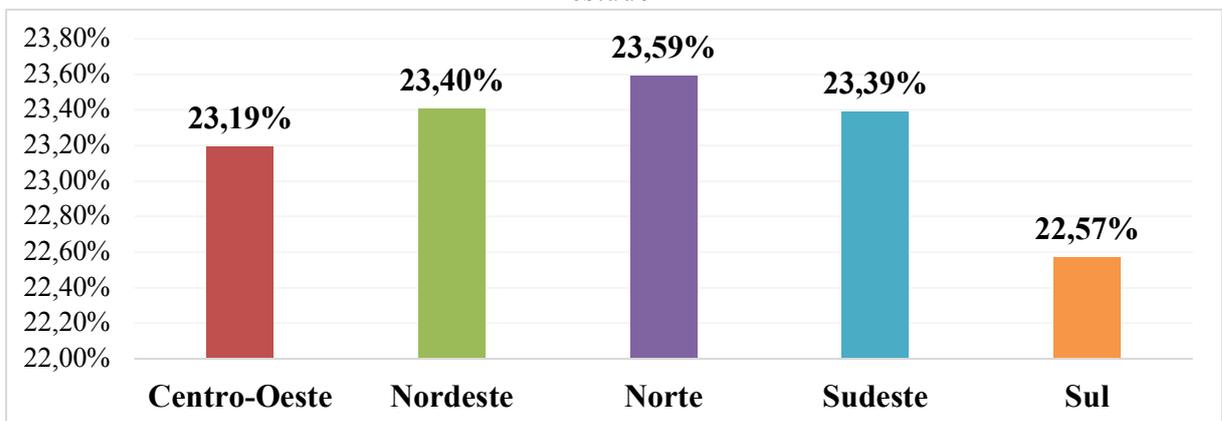
Entre as cinco regiões, apenas a Sudeste apresentou um aumento da proporção na virada de 2016 para 2017. As demais apresentaram queda de 2016 para 2017, seguido de uma nova diminuição para a passagem do ano 2018 nas regiões Nordeste e Sudeste e de um aumento para Centro-Oeste, Norte e Sul. De 2018 para 2019, as regiões do Nordeste e Sudeste apresentaram uma queda, enquanto as outras quatro regiões apresentaram um aumento da proporção.

A maior proporção identificada foi na região do Centro-Oeste, no ano de 2019, com 24,08% de crianças de 4 a 12 anos de idade classificadas como sem anos de estudo. Outras regiões que apresentaram suas maiores proporções em 2019 foram o Norte, com 24,04% e o Sul, com 23,32%. Já o Nordeste e Sudeste tiveram em 2016 e 2017, respectivamente suas maiores proporções, sendo a primeira com 23,83% e a segunda com 23,89%.

A variação, a partir do primeiro ano com o último ano da amostra, teve duas regiões com um aumento significativo, duas com uma diminuição e uma com aproximadamente zero. As duas que apresentaram um aumento foram o Centro-Oeste e o Sul, com uma taxa de variação positiva, ou seja, um aumento de 4,81% e 7,35% respectivamente em quatro anos analisados. As regiões Nordeste e Sudeste exibiram uma taxa de variação negativa, revelando uma queda da proporção de crianças sem anos de estudo, comparando o ano de 2016 com 2019, sendo a primeira região com -5,01% e a segunda com -2,93%. O Norte apresentou uma taxa de variação de 0,1%, mostrando que a sua proporção depois de três anos pouco sofreu alteração.

A partir do gráfico 2 podemos verificar a média aritmética da proporção de crianças sem qualquer ano de estudo de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras. É notável que assim como as informações da proporção se mostram uniformes, suas médias também se apresentam da mesma maneira. Contudo, destaca-se que dentre os anos analisados, a região do Centro-Oeste foi quem exibiu, em média, as maiores proporções de concentração de crianças classificadas como sem instrução, seguido com maior proximidade pela região do Norte. Com uma pequena diferença em suas médias, 23,39% para o Sudeste e de 23,40% para o Nordeste procedem as outras duas mencionadas. Com a menor média da proporção, a região Sul mostrou 22,57% ao longo dos anos estudados.

Gráfico 2 - Média aritmética da proporção de crianças de 4 a 12 anos sem qualquer ano de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

4.2.2 Moradia

Para a dimensão moradia, foram selecionadas três variáveis que representam o espaço físico das residências em que as crianças de 0 a 12 anos de idade vivem. A primeira variável corresponde ao domicílio possuir material de parede adequado, a segunda ao domicílio possuir adensamento adequado e a terceira ao ônus com aluguel adequado. A tabela 5 mostra a proporção de crianças com privações em cada uma das variáveis selecionadas, representando a dimensão moradia para as macrorregiões do Brasil dentro do período de 2016 a 2019.

Tabela 5 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão moradia

Ano	Variável	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	Domicílio possui material de parede adequado	1,04%	2,57%	4,15%	0,47%	1,47%
	Domicílio possui adensamento adequado	8,21%	11,76%	23,77%	12,89%	5,90%
	Ônus com aluguel adequado	7,52%	4,69%	3,64%	8,28%	5,44%
2018	Domicílio possui material de parede adequado	1,10%	2,86%	3,73%	0,28%	2,63%
	Domicílio possui adensamento adequado	8,97%	11,45%	23,69%	12,36%	6,11%
	Ônus com aluguel adequado	8,32%	5,40%	3,54%	8,87%	5,22%
2017	Domicílio possui material de parede adequado	1,51%	3,11%	4,33%	0,47%	2,32%
	Domicílio possui adensamento adequado	8,93%	12,26%	24,07%	12,66%	6,24%
	Ônus com aluguel adequado	8,42%	4,95%	3,39%	9,38%	5,26%
2016	Domicílio possui material de parede adequado	1,11%	3,34%	4,01%	0,29%	1,61%
	Domicílio possui adensamento adequado	10,08%	11,70%	24,85%	10,93%	6,06%
	Ônus com aluguel adequado	8,63%	4,80%	3,34%	8,48%	5,47%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

A variável que descreve se o domicílio possui material de parede adequado apresentou em 2017 na região de Norte a maior proporção contando com 4,33% e menor no Sudeste com 0,28% de crianças em situação de privação. Para a variável domicílio possui adensamento adequado se teve maior e menor proporção em 2016 e 2019, para a região do Norte e do Sul respectivamente, com 24,85% para a primeira e 5,90% para a segunda. A última variável ônus com aluguel adequado contou com 9,38% como maior proporção de crianças em privação na região do Sudeste do ano de 2017, dentre as regiões e os anos analisados.

Vislumbrando a variação entre o primeiro do último ano analisado das variáveis da dimensão moradia, se tem para a variável de crianças em domicílio sem material de parede adequado no Sudeste uma taxa de variação muito superior às demais regiões com 61,04%. As

regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste exibiram variações negativas para a variável em questão, a primeira com -24,60%, a segunda com -6,73% e a terceira com -5,61%. A tabela 6 expõe as variações das variáveis da dimensão moradia para cada uma das cinco regiões brasileiras entre o ano de 2016 comparado ao de 2019.

A variável que apresenta crianças em domicílio sem adensamento adequado exibiu variação positiva apenas para a região do Sudeste com 18,77%. As demais regiões apresentaram variação negativa, sofrendo uma diminuição no número de crianças sem adensamento adequado. A região do Centro-Oeste apresentou a menor variação do indicador, com -18,44% das crianças com privação.

As macrorregiões Norte e Sul apresentaram uma variação positiva da proporção de crianças em domicílios sem ônus com aluguel adequado, a primeira com 6,19% e a segunda com 1,73%. As outras três regiões exibiram variação negativa para a mesma variável, o Centro-Oeste novamente exibiu a maior diminuição com -12,71%.

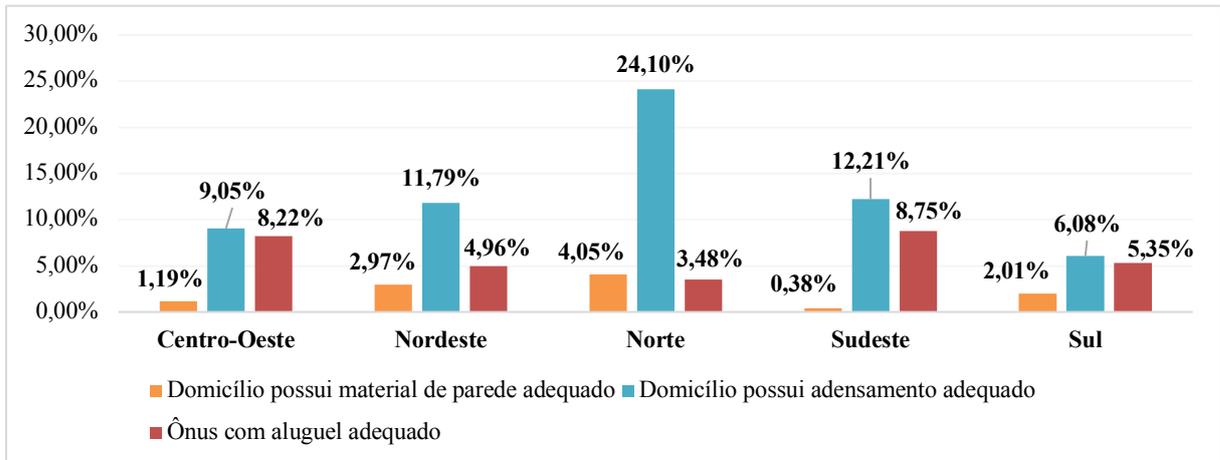
Tabela 6 – Variação entre o ano de 2016 com o ano de 2019 para a quantidade de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão moradia

Variável	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Domicílio possui material de parede adequado	-5,61%	-24,60%	0,93%	61,04%	-6,73%
Domicílio possui adensamento adequado	-18,44%	-1,34%	-6,86%	18,77%	-0,38%
Ônus com aluguel adequado	-12,71%	-3,95%	6,19%	-1,71%	1,73%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Calculando a média aritmética das variáveis selecionadas para representar a dimensão moradia foi observado que a região Norte apresentou maiores médias da proporção de crianças residentes em domicílios sem material adequado e também sem adensamento adequado com 4,05% e 24,10% respectivamente. Quanto a variável ônus com aluguel adequado, a região Sudeste apresentou maior média com 8,75%. O gráfico 3 ilustra todas as médias das variáveis para cada macrorregião brasileira.

Gráfico 3 - Média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão moradia



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

4.2.3 Água

A análise da dimensão água destaca crianças de 0 a 12 anos de idade que residem em domicílios onde não existe cobertura de serviços de abastecimento adequado de água, por meio de rede geral de distribuição. Busca-se explorar uma perspectiva importante para questões de saúde e condições socioeconômicas regionais.

A partir da tabela 7 é observado a proporção de crianças de até 12 anos de idade residentes em domicílios sem abastecimento de água por rede geral, dividida por grande região brasileira entre os anos de 2016 a 2019. A macrorregião do Nordeste foi a única a apresentar uma queda na proporção entre os anos analisados em comparação com o ano anterior. As demais exibiram um aumento apenas em um período, de 2016 a 2017 para o Centro-Oeste e Sul e de 2017 a 2018 para o Norte e o Sudeste. Destaca-se que de 2018 para 2019 todas as regiões evidenciaram uma diminuição da proporção.

Tabela 7 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos em domicílios sem abastecimento de água por rede geral

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	11,09%	19,47%	39,20%	6,54%	9,19%
2018	12,94%	22,68%	43,84%	8,37%	11,38%
2017	14,24%	22,93%	42,81%	8,06%	11,62%
2016	13,89%	23,43%	42,84%	8,38%	11,53%

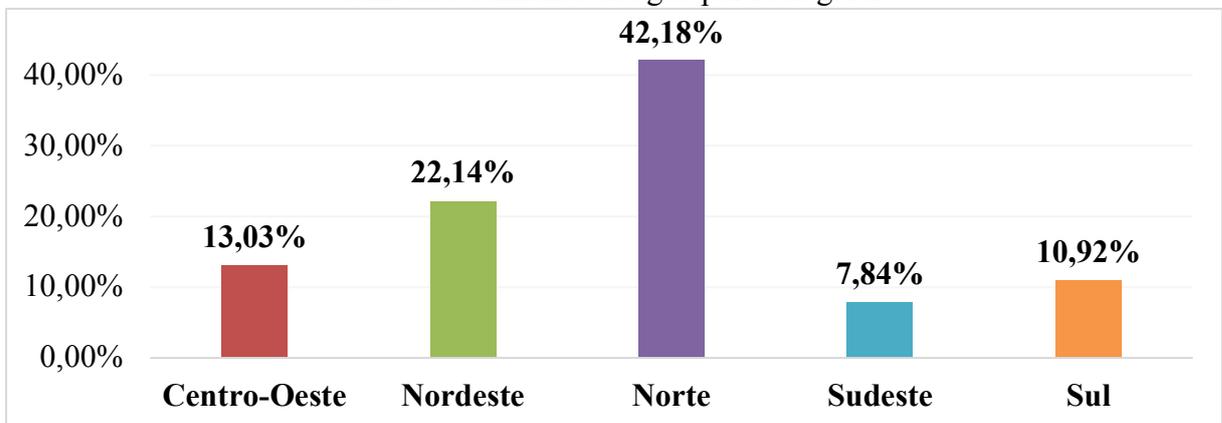
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

A maior proporção evidenciada se deu na região do Norte no ano de 2018 com 43,84% das crianças de 0 a 12 anos em residências sem abastecimento de água por rede geral. O Nordeste teve a maior proporção em 2016 com 23,43%, o mesmo verificado para o Sudeste com 8,38%. Em 2017 a região do Centro-Oeste e o Sul exibiram maior proporção, com 14,24% para o primeiro e 11,62% para o segundo.

Todas as regiões apresentaram menores proporções, dentre o período analisado, no ano de 2019. A taxa de variação, comparando o primeiro (2016) ao último ano (2019), se mostrou negativa nas cinco regiões analisadas, ou seja, dentro do período de quatro anos as macrorregiões do Brasil diminuíram a proporção de crianças sem abastecimento adequado de água. A menor taxa se deu na região do Sudeste com -21,32%, seguido por Centro-Oeste com -20,04%, Sul com -18,57%, Nordeste com -18,40% e o Norte com -10,89%.

Calculando a média aritmética das proporções de cada macrorregião do Brasil de crianças sem abastecimento de água por rede geral no período de 2016 a 2019 é possível observar que a região do Norte apresenta a maior média com grande discrepância entre as demais regiões. O gráfico 4 ilustra as médias por região.

Gráfico 4 – Média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos morando em domicílios sem abastecimento de água por rede geral



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

4.2.4 Saneamento

Para a dimensão saneamento, três variáveis foram selecionadas para exprimirem aspectos de possíveis influências negativas nas crianças, como saúde, condição socioeconômica e acesso a serviços públicos. As variáveis descrevem a respeito de crianças de 0 a 12 anos que

não possuem acesso a: esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial; coleta direta ou indireta de lixo; domicílio possui banheiro exclusivo.

A tabela 8 apresenta as variáveis selecionadas da dimensão saneamento para cada uma das cinco grandes regiões brasileiras para os anos entre 2016 a 2019. A região do Norte apresentou a maior proporção nas variáveis de crianças com privações em esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, coleta direta ou indireta de lixo e domicílio possui banheiro exclusivo, sendo as primeiras duas em 2016 e a última em 2019.

Tabela 8 – Proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão saneamento

Ano	Variável	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	Esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	50,72%	66,48%	84,03%	16,28%	45,91%
	Coleta direta ou indireta de lixo	7,55%	20,72%	25,51%	3,26%	4,83%
	Domicílio possui banheiro exclusivo	0,24%	7,52%	15,28%	0,31%	0,35%
2018	Esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	48,81%	60,91%	82,47%	13,29%	35,24%
	Coleta direta ou indireta de lixo	6,99%	20,90%	25,00%	3,53%	5,29%
	Domicílio possui banheiro exclusivo	0,14%	8,59%	14,78%	0,38%	0,37%
2017	Esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	52,97%	61,21%	82,70%	13,06%	35,13%
	Coleta direta ou indireta de lixo	7,83%	22,68%	24,07%	3,61%	5,38%
	Domicílio possui banheiro exclusivo	0,38%	8,18%	13,53%	0,50%	0,45%
2016	Esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	51,41%	62,18%	84,64%	12,95%	38,59%
	Coleta direta ou indireta de lixo	7,33%	23,99%	26,57%	4,08%	5,62%
	Domicílio possui banheiro exclusivo	0,19%	5,98%	5,03%	0,37%	0,47%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Ao comparar o primeiro ano da amostra com o último temos que para a variável esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial as regiões do Sudeste e Sul apresentaram as maiores variações com 26,61% para a primeira e 21,67% para a segunda. A tabela 9 exibe as variações em todas as variáveis da dimensão saneamento. Para a variável coleta direta ou indireta de lixo apenas a região do Centro-Oeste apresentou um aumento entre os anos, entre as que mostraram uma diminuição a região Sudeste foi a que apresentou a menor variação com -19,60%. A variação da variável que vislumbra se as residências com crianças até 12 anos possuem banheiro exclusivo na região do Norte apresentou uma diferença muito grande em relação a de outras regiões, com 195,91% enquanto a segunda posição de maior percentual ficou com o Centro-Oeste com 28,18% e a última posição com o Sul com uma variação de -24,26%.

A tabela 9 mostra as variações de cada macrorregião para cada variável da dimensão saneamento.

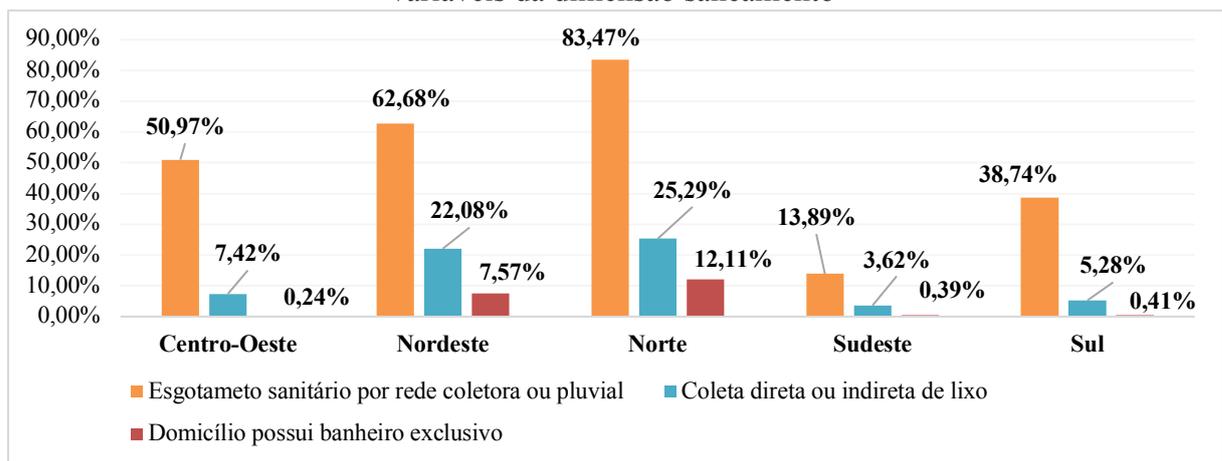
Tabela 9 – Variação entre o ano de 2016 com o ano de 2019 para a quantidade de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão saneamento

Variável	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	-1,19%	4,96%	-3,32%	26,61%	21,67%
Coleta direta ou indireta de lixo	3,06%	-15,21%	-6,48%	-19,60%	-12,12%
Domicílio possui banheiro exclusivo	28,18%	23,59%	195,91%	-14,92%	-24,26%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Ao analisar a média aritmética das variáveis da dimensão, temos que em todas a macrorregião do Norte apresentou as maiores médias seguido, pelo Nordeste. Para a variável sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial a primeira região exibiu 83,47% das crianças sem privação e a segunda 62,68%. A média aritmética da variável domicílio possui banheiro exclusivo para as regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste esteve próxima a zero em cada região, enquanto para as regiões Nordeste e Norte apresentam aproximadamente 7% e 12% respectivamente. Por meio do gráfico 5 é verificado como as regiões se destacam em relação às demais na dimensão saneamento.

Gráfico 5 – Média aritmética da proporção de crianças de 0 a 12 anos classificadas a partir das variáveis da dimensão saneamento



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

4.2.5 Informação

A dimensão informação ressalta crianças de 9 a 12 anos de idade residentes em domicílios que não contam com acesso à internet. A tabela 10 mostra em termos de proporção

a quantidade de crianças que se encontram nesse parâmetro para cada uma das cinco grandes regiões brasileiras no período de 2016 a 2019.

A partir da tabela 10 é verificado que todas as cinco grandes regiões brasileiras apresentaram uma diminuição da proporção de crianças sem acesso à internet nos anos de 2017, 2018 e 2019 em comparação com o ano anterior. Todas as macrorregiões brasileiras apresentaram maiores proporções de crianças sem acesso a internet no ano de 2016, comparando com os demais anos verificados; a região Nordeste foi a que, entre as cinco regiões, exibiu maior proporção com 49,12% da população total de 9 a 12 anos de idade. Com uma proporção aproximada, a região Norte aparece em segundo lugar do ano, entre todas as regiões, com 48,87%. Em 2019 todas as regiões analisadas apresentaram menores proporções, em comparação aos outros anos levantados. A região do Sudeste teve em 2019 uma proporção de 7,07%, sendo esta a menor entre todas as demais regiões e anos deste trabalho.

Tabela 10 – Proporção de crianças de 9 a 12 anos em domicílios sem acesso a internet

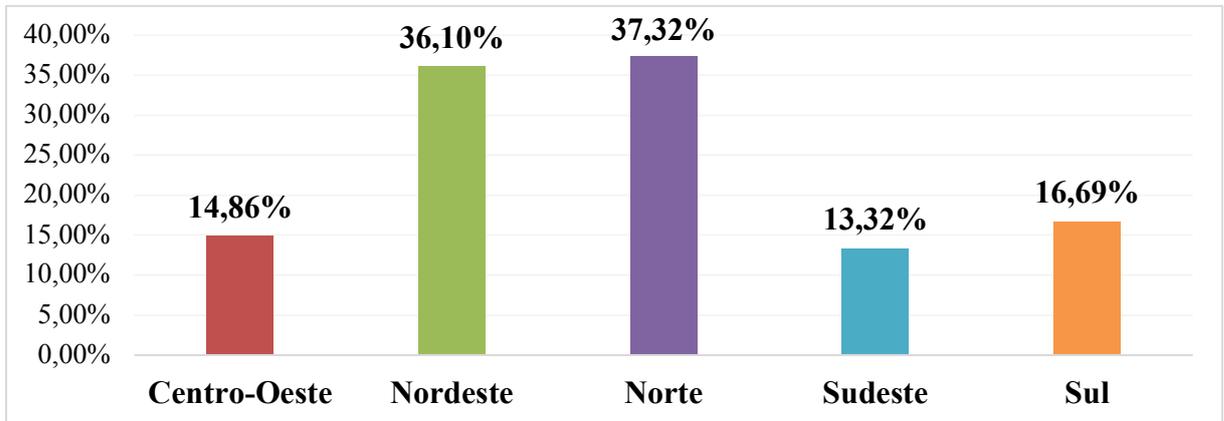
Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2019	7,18%	24,35%	29,33%	7,07%	8,72%
2018	11,80%	31,66%	32,56%	10,16%	13,00%
2017	15,72%	39,01%	38,02%	14,70%	17,81%
2016	24,53%	49,12%	48,87%	20,86%	26,59%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

Como o ano que apresentou menores proporções foi 2016 e o maior em 2019, sendo esses o primeiro e último ano da análise, é destacado que todas as regiões exibiram taxa de variação da proporção negativa para o período. O Centro-Oeste foi a macrorregião com a menor taxa com -71,42%, seguido com números próximos por Sul com -69,01%, Sudeste com -68% e uma diferença maior as regiões do Nordeste com -51,12% e o Norte com -43,1%.

O gráfico 6 ilustra a média aritmética da proporção da população de 9 a 12 anos de idade que vivem em residências sem acesso a internet. As regiões Norte e Nordeste se destacam entre as cinco grandes regiões do Brasil, a primeira apresenta 36,10% e a segunda 36,10%. As demais regiões exibiram médias menores em comparação às já citadas, o Sul apresentou 16,69%, o Centro-Oeste 14,86% e o Sudeste 13,32% da média da proporção.

Gráfico 6 – Média aritmética da proporção de crianças de 9 a 12 anos morando em domicílios sem acesso a internet



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD-Contínua (2016-2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um problema abrangente, existe em diversos países e impacta de diferentes maneiras as vidas de milhões de pessoas. Ela não atinge apenas a um tipo específico de indivíduo, mas têm diferentes impactos a determinadas pessoas, em especial as crianças, que foram o foco do presente trabalho que apresentou a pobreza de renda e de possíveis privações da população até 12 anos de idade nos anos de 2016 a 2019 nas cinco macrorregiões brasileiras.

O olhar sobre a pobreza infantil se mostra evidente, uma vez que percebemos a existência de sentimentos de proteção com as crianças e de sua dispensa de culpa quanto à circunstância em que se encontram. Elas não são capazes de assumir responsabilidade por sua situação e demandam de responsáveis para zelar e criá-las.

Entre as regiões analisadas, as que apresentaram as maiores concentrações durante os quatro anos explorados foram o Nordeste e o Norte, respectivamente. Entretanto, a região do Centro-Oeste foi a região que nas duas linhas de pobreza definidas para o trabalho, foi a que apresentou maior variação positiva entre o primeiro e último ano, evidenciando que existiu um aumento considerável quando comparado às demais regiões. Em geral os números apontaram para um aumento maior na evolução dos categorizados como extremamente pobres em comparação aos pobres para todas as cinco grandes regiões.

Em relação a análise das privações em outras dimensões, a região do Norte foi a que apresentou maior destaque apresentando as maiores médias de privações em todas as dimensões. Para a dimensão educação os dados mostraram conformidade entre as regiões, com pequenas diferenças e variações entre elas, porém a proporção fica acima de 20% para todas em todos os anos. A dimensão moradia teve destaque para as regiões do Norte e Sudeste, que apresentaram maiores proporções e aumento ao longo dos anos, indicando maiores precarizações nos espaços físicos e dificuldade de manter financeiramente as residências. Na dimensão saneamento, que aponta para possíveis questões de saúde e socioeconômicas, as regiões Norte e Nordeste apresentaram maiores médias nas três variáveis que representam a dimensão, e as variações do primeiro ao último ano se mostraram bastante discrepantes ao comparar as variáveis entre as regiões. A partir da dimensão água, assim como na dimensão informação, as regiões exibiram grandes variações negativas, apontando para uma evolução considerável no número de crianças com acesso a abastecimento adequado de água e a internet, entretanto as regiões do Norte e Nordeste são as que apresentam maiores números de proporções nessas dimensões.

Dado o exposto é possível afirmar que o trabalho atingiu o objetivo de mostrar como se portou a pobreza infantil em cada macrorregião brasileira, mostrando a abrangência, em termos populacionais que esse fenômeno tomou em cada região e como ele vem evoluindo, tanto em questões unicamente financeira quanto em questões de privação de acesso em outras dimensões.

Entretanto, o presente trabalho se limita a analisar privações de acesso apenas absolutas, uma vez que não relativiza expondo graus de privações na dimensões analisadas. Ainda, apenas cinco dimensões são consideradas e não são contemplados possíveis condicionantes da pobreza infantil como gênero, cor ou raça e zona de domicílio.

As portas do tema pobreza infantil são vastas, por mais que no Brasil ainda careça de dados que englobam com clareza as crianças. Sugere-se para eventuais trabalhos futuros, analisar a pobreza infantil a partir de índices multidimensionais, que englobem questões como trabalho infantil, nutrição, nível de escolaridade dos pais e mães solteiras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. G. Da caridade ao welfare state: um breve ensaio sobre os aspectos históricos dos sistemas de proteção social ocidentais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 52-55, jan./mar. 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ALVES, D. R.; CASTILHOS, D. S. Surgimento e afirmação dos textos europeus de defesa dos direitos das crianças. *In*: MIRANDA, J.; BOLZAN DE MORAIS, J. L.; RODRIGUES, S. T.; MARTÍN, N. B. (coord.). **Hermenêutica, Justiça Constitucional e Direitos Fundamentais**. Curitiba: Juruá, Curitiba, 2016. p. 401-416
- ARANTES, E. M. M. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 45-56, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004032016>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- ASSIS, D. N. C.; MEDEIROS, C. N.; NOGUEIRA, C. A. Extrema pobreza infantil, crescimento e distribuição de renda. **Planejamento e políticas públicas**, v. 48, n. 1, p. 176-205, jan./jun. 2017.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P.; COMIM, F. V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n.1, p. 167-188, 2012.
- BLASS, L. M. S. (org.). **Ato de trabalhar**: imagens e representações. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 20 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 26 ago. 2021.
- BRATTER, J.; DAMASKE, S. Poverty at a racial crossroads: poverty among multiracial children of single mothers. **Journal of marriage and family**, [S.l.], v. 75, n. 2, p. 486-502, 2013.
- BRITO, R. F. G.; PONTES, H. P.; FROTA, M. A. Um retrato da primeira infância em situação de pobreza. **Revista Brasileira Promoção de Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 4, p. 1-8, 2018.
- CARNEIRO, C. B. L. **Programas de proteção social e superação da pobreza**: concepções e estratégias de intervenção. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e

Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CARVALHO, P. F. B. (coord.). **Índice de Pobreza Multidimensional - Brasil**. Belo Horizonte: Núcleo de Inteligência Social (NIS), 2020.

CHEN, W. H.; CORAK, M. Child poverty and changes in child poverty. **Demography**, v. 45, n. 3, p. 537-553, ago. 2008.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. (Texto para discussão n. 1.332).

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DALMASSO, E. I. A Convenção sobre os Direitos da Criança e o princípio reitor do interesse maior da criança. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 9, n. 2, p. 451-460, 2004.

DIALLO, F. L. Analysing Multidimensional Poverty in Guinea: A Fuzzy Set Approach. **Working Papers Series**, UNU-MERIT, 2011.

DUNCAN, G.; GUNN, J. B. Family Poverty, Welfare Reform, and Child Development. **Child Development**, v. 71, n. 1, p. 188-196, 2000.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007.

GARCIA, E. V. **O Brasil e a liga das nações (1919-1926)**: vencer ou não perder. Porto Alegre/Brasília: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Fundação Alexandre Gusmão, 2000.

GONÇALVES, S. R. S.; OLIVEIRA, C. F.; TEIXEIRA, E. C. Pobreza infantil e suas discrepâncias regionais no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 139-161, 2021.

GUIMARÃES, V. O. S. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. **Científic@-Multidisciplinary Journal**, v. 3, n. 1, p. 74-89, 2016.

HECKMAN, J.J. Schools, Skills, And Synapses. **Economic Inquiry**, v. 46, n. 3, p. 289-324, 2008.

HULME, D.; SHEPHERD, A. Conceptualizing Chronic Poverty. **World Development**, v. 31, n. 3, p. 403-423, 2003.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Pós-graduação em Economia, Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 25-59, 2003.

LIMA, C. A. (coord). **Violência faz mal à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MACANA, E. C. **O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais.** Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MAIA, J. N. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

MARTINI, R. A. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 81-102, jan./jun. 2010.

MOSANER, M. S. Pobreza infantil no Brasil: aplicação da metodologia Alkire-Foster de mensuração de pobreza multidimensional. **Economia aplicada**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 489-507, 2016.

MOURO, H. Sistemas e modelos de protecção social: da caridade à assistência. **Revista Interações**, Coimbra, v. 3, n. 5, p. 131-159, 2003.

NGUETSE TEGOUM P.; HEVI, K. Child poverty and household poverty in Cameroon: a multidimensional approach. **Poverty and well-being in east Africa**, p. 11-33, 2016.

NIEHUES, M. R.; COSTA, M. O.. Concepções de infância ao longo da história. **Revista Técnico Científica (IFSC)**, v. 1, n. 3, p. 284-289, 2012.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 15 jul. 2021.

OTTONELLI, J. et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 837-859, 2011.

PEREIRA, P. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **SER Social**, [S. l.], n. 6, p. 119–132, 2009.

REZENDE FILHO, C. B. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2009.

RIBEIRO, L.L.; TAQUES, F.H. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de tempo. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, n. 25, p. 108-120, 2012.

RIBEIRO, L. L.; MARINHO, E. Time poverty in Brazil: measurement and analysis of its determinants. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 285-306, 2012.

ROBERTI JUNIOR, J. P. R. Evolução jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista da UNIFEFE**, [S.l.], v. 1, n. 10, 2012.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, S. On statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement. **Discussion Papers**, Brasília: IPEA, 2015.

SANTOS, R. F. **Análise dinâmica da pobreza das crianças e dos jovens em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Economia e Políticas Públicas) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Portugal, 2015.

SAUNDERS, P.; BROWN, J. E.; BEDFORD, M.; NAIDOO, Y. Child deprivation in Australia: a child-focused approach. **Australian journal of social issues**, [S.l.], v. 54, n. 1, p. 4-21, 2019.

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S.. Política social: de sua gênese ao contexto brasileiro. **Acta Scientiarum Education**, v. 42, 2020.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: Uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA, J. C. **Pobreza multidimensional nas mesorregiões catarinenses**: Um estudo a partir da Abordagem das Necessidades Básicas. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILWAL, A. R.; ENGILBERTSDOTTIR, S.; CUESTA, J.; NEWHOUSE, D.; STEWART, D.. Global Estimate of Children in Monetary Poverty: An Update. **Poverty and Equity Discussion Paper**. Washington, DC: World Bank, 2020.

SOUZA, M. A. A.. Abordagens Recentes da Pobreza Urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, 2018.

- TELLA, P. et. al. Socioeconomic diversities and infant development at 6 to 9 months in a poverty area of São Paulo, Brazil. **Trends in psychiatry and psychotherapy**, [S.l.], v. 40, n. 3, p. 232-240, 2018.
- VOGT, C. de M.; BAGOLIN, I. P.; MACANA, E. C. Pobreza multidimensional e bem-estar infantil no Brasil: uma abordagem através do método Fuzzy. **Anais do XIX Encontro de Economia da Região Sul**, 2016.
- WAKITA, S. V. L. **A gestão das Workhouses**: uma educação para o trabalho. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações) – Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, Universidade CESUMAR. Maringá. 2018.
- WONG, Y.; WANG, T.; XU, Y. Poverty and quality of life of Chinese children: From the perspective of deprivation. **International journal of social welfare**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 236-247, 2015.
- BANCO MUNDIAL. **Poverty and Shared Prosperity 2020**: Reversals of Fortune. Washington, DC: World Bank. 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>. Acesso em: 29 jul. 2021.